

Quem disse ?

«Nenhuma análise política dos acontecimentos internos do PSD é doravante credível se não trouxer a segunda assinatura de um psiquiatra»

Nuno Brederode Santos
Revista Expresso, 17 de Abril

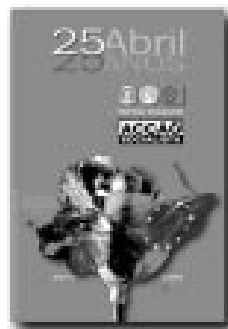
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1016 22 ABRIL 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Bienal do livro no Rio de Janeiro

Portugal afirma-se no Brasil

Pela primeira vez, desde 1981, a Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, decidiu escolher um país-tema: Portugal, cuja delegação inclui 17 escritores nacionais neste prestigiado certame.

Também presente no Brasil, o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, considerou que a bienal do livro foi «uma ocasião única» para a divulgação da cultura portuguesa e para se intensificar o conhecimento dos dois países, valorizando uma língua comum.

«A Cultura é um veículo privilegiado de afirmação de Portugal no mundo. Numa altura em que a globalização é cada vez mais forte, a cultura torna-se um elemento fulcral para a afirmação dos traços de personalidade dos povos», justificou o membro do Governo.

Na mesma oportunidade, Manuel Maria Carrilho revelou os resultados dos contactos feitos no final da semana passada, durante a cimeira luso-brasileira, em Lisboa, onde estiveram presentes o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu ministro da Cultura, Francisco Weffort.

Após a cimeira entre as autoridades portuguesas e brasileiras, ficou decidido reforçar o valor pecuniário do Prémio Camões de 10 para 12 mil contos, tendo também ficado acordado aumentar as parcerias nas áreas do teatro e do cinema, designadamente na produção de um filme sobre o Padre António Vieira, que será realizado por Manoel de Oliveira e que contará com a participação do actor brasileiro Lima Duarte.

Durante a bienal do Rio de Janeiro, foi homenageado o Prémio Nobel da Literatura José Saramago, tendo ainda sido inaugurada uma exposição com fotografias tiradas ao escritor após a atribuição deste galardão.

Política

Insultos de Pacheco Pereira a Mário Soares PSD reeditou os tiques do cavaquismo

O PS reagiu sexta-feira aos comentários insultuosos feitos na véspera pelo cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Pacheco Pereira, em relação ao ex-Presidente da República, Mário Soares. O porta-voz do partido, António Vitorino, não hesitou mesmo em considerar que quem compara Mário Soares a um «outdoor» de campanha usa uma linguagem insultuosa. Para a direcção dos socialistas, no PSD, está a assistir-se à reedição de todos os tiques de crispção, arrogância e soberba intelectual que caracterizaram o «cavaquismo».



Portugal 25 anos depois de Abril

Portugal é hoje em dia um país plenamente integrado e reconhecido pela comunidade internacional. Mas, nem sempre foi assim. Em 1974, Portugal apenas mantinha relações diplomáticas com 70 dos 135 países então representados na ONU. Era a política do «orgulhosamente sós».

Com o 25 de Abril o país deu uma grande reviravolta e hoje tem relações diplomáticas com 176 países (185 representados na ONU), foi um dos países fundadores do euro e é um dos 15 membros da União Europeia (UE). Aliás, a adesão de Portugal à União Europeia marcou o início da estabilização política interna e o arranque de um crescimento económico, que catapultou o nosso país para o centro das decisões políticas europeias.

Este crescimento económico, a que não são alheios os enormes aflusos de fundos europeus desde 1986, permitiu a Portugal recuperar muito do atraso resultante dos quase cinquenta anos de ditadura, equilibrar a economia e conseguir em 1998 aderir ao Euro, cumprindo escrupulosamente os apertados critérios de adesão.

O novo Portugal nascido em Abril de 1974 é hoje um dos sete membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tornou-se num país moderno e de futuro reconhecido internacionalmente. Com Abril também vieram as medalhas olímpicas, o reconhecimento cultural que permitiu acolher acontecimentos como a Expo-98, o Festival Mundial da Juventude ou a Cimeira Ibero-Americana. Portugal presidiu ainda em 1996, à Assembleia Geral da ONU e fez parte do Conselho de Segurança da ONU em 97/98. Finalmente a consagração de José Saramago veio juntar-se ao reconhecimento mundial que Portugal tem vindo a alcançar em diversas áreas.

De país «uno e pluricontinental», Portugal transformou-se, nestes 25 anos de Liberdade e Democracia, num Estado Democrático evoluído, tolerante e economicamente preparado para enfrentar com serenidade os desafios do próximo milénio.



O 25 DE ABRIL NÃO TEM PROPRIETÁRIOS

A edição de 23 de Abril de 1981 do «Acção socialista» estava repleta de motivos de interesse.

O aniversário a 19 de Abril da fundação do PS, na Alemanha, com um programa de transformação da sociedade, através de um vasto conjunto de reformas socializantes, e do 25 de Abril dominavam esta edição do órgão oficial do PS. Contestando mais uma tentativa de apropriação do 25 de Abril por personalidades de uma certa força política que gostava de ter o monopólio de Abril, um conjunto de personalidades socialistas, entre as quais Raul Rego, Walter Rosa, Eduardo Marçal Grilo e Maria Barroso, emitia um comunicado salientando que «a revolução portuguesa não tem proprietários e é e deverá continuar a ser uma data que se dirige a todos os cidadãos, a todos os civis como a todos os militares».

Por outro lado, e na passagem de mais um aniversário do PS, o camarada Mário Soares, reafirmava, numa saudação aos militantes: «O PS está essencialmente voltado para o futuro.»

J. C. C. B.

23 de Abril

Quem disse?

«O verdadeiro perigo de agitação social em França reside na reeleição de Giscard d'Estaing e não na eleição de François Mitterrand.»

Claude Estier, dirigente do PSF



Bodas de prata do 25 de Abril Sampaio pede união dos portugueses

O Presidente da República, Jorge Sampaio, apelou no sábado, em Leiria, à união de todos os portugueses em torno do 25 de Abril. «Os 25 anos do 25 de Abril devem ser um ponto de identificação entre todos os portugueses. Além de tudo o que significa, 25 de Abril é um dia que tem a vantagem de ter 25 anos à sua frente. Um dia que permitiu todos os percursos, todas as diferenças, todo o pluralismo que temos actualmente», disse Jorge Sampaio na inauguração da exposição «Abril 25 Anos».

que reúne trabalhos alusivos à data de artistas como Maluda, Júlio Pomar, José Luís Tinoco, Manuel Gargaleiro, Abílio Febra, Fernando Calhau ou Carmo Pólvora na Galeria 57, em Leiria.

Jorge Sampaio frisou ainda que o 25 de Abril não pode funcionar como motivo de divisão das pessoas.

«Esse dia permitiu que nos reencontrássemos com a grande tradição histórica de Portugal», sublinhou.

Zeca Afonso, o rosto da utopia e da resistência

Símbolo da resistência ao regime fascista, José Afonso é uma das personalidades evocadas entre cerca de uma dezena de livros a ser lançados por um conjunto de editoras que assinalam os 25 anos de Abril.

«José Afonso - O rosto da utopia» é o segundo livro do jornalista José António Salvador dedicado ao emblemático cantor e que será comercializado pela editora Afrontamento no âmbito dos 25 anos da Revolução dos Cravos. A obra, que inclui fotografias de José Afonso como cantor e nas suas intervenções políticas, constitui um álbum biográfico alargado e inclui um estudo em paralelo da História de Portugal antes da revolução.

Amigo pessoal do cantor, José António Salvador considera que «continua a existir um grande silêncio à volta da vida de Zeca Afonso», pelo que o livro pretende ser uma contribuição para o preencher.

Com a chancela da editora Hugin, José Jorge Letria publica «Uma Noite Fez-se Abril», o testemunho de um civil ligado aos militares revoltosos sobre a noite do triunfo do movimento de libertação do regime.

Lançado pela editorial Presença foi já «A Construção da Democracia em Portugal», da autoria do investigador Kenneth Maxwell, membro do Conselho de Relações Internacionais em Nova Iorque e fundador do Instituto Camões na Uni-

versidade de Columbia.

Dez obras inéditas de autores de língua portuguesa inspiradas no 25 de Abril de 1974 serão igualmente lançadas pouco antes das comemorações dos 25 anos da revolução pela Editorial Caminho, inseridas numa colecção.

«A Reviravolta» será um dos inéditos a publicar, da autoria de Almeida Faria, e a única peça de teatro no conjunto, descrevendo uma situação dramática envolvendo quatro pessoas - dois trabalhadores e dois patrões - entre os quais a questão política é um dos aspectos marcantes.

Mário de Carvalho contribui para a colecção com «Apuros de Um Pessimista em Fuga», uma novela curta que relata «as atribuições de uma pessoa perseguida pela PIDE, procurando incessantemente um refúgio sem o encontrar».

Carlos Brito escreveu «Vale a Pena ter Esperança», e relata as experiências de um homem de 28 anos que passa pela guerra colonial, filia-se num partido, participa nos movimentos grevistas pré-revolucionários, é perseguido e põe-se em fuga para o estrangeiro.

«Amor, Só Amor, Tudo Amor» de Alexandre Pinheiro Torres, «Vinte e Cinco a Sete Vozes» de Alice Vieira, «As Vésperas Esquecidas» de Maria Isabel Barreno, «Vinte e Cinco» de Mia Couto e «O Dia Último e o Primeiro» de Urbano Tavares Rodrigues são outras das obras inéditas em publicação pela editora.

Penha de França lança livro «25 Poemas de Abril»

Vinte e cinco poemas seleccionados pelo camarada Carlos Carranca, poderão ser lidos e apreciados no seu cheiro e sabor a liberdade num livro intitulado «25 Poemas de Abril».

Esta publicação, iniciativa da Junta de Freguesia da Penha de França, insere-se no âmbito das comemorações do 25º aniversário da Revolução dos Cravos, contribuindo para perpetuar, nas suas 49 páginas, a inspiração «revolucionária» de 25 notáveis poetas.

As formas e os contornos latentes de Abril ficam também retidas nas belas ilustrações de Mário Silva que acompanham os versos da liberdade. Alberto Pimenta, Alexandre O'Neill, António Arnaut, António Cabral, António Nova, Armino Rodrigues, Ary dos Santos, Carlos Carranca, Carlos Pinhão, Eugénio de Andrade, Herberto Helder, Joaquim Pessoa, Jorge de Sena, José Gomes Bento, José Correia Tavares, José Gomes Ferreira, José Jorge Letria, José Manuel Mendes, Leonel Neves, Luís Goes, Manuel Alegre, Miguel Torga, Natália Correia e Sophia de



Mello Breyner Andresen deixam para sempre a sua voz em «25 Poemas de Abril» - obra sem precedentes no panorama do poder local -, o seu testemunho poético da Revolução dos Cravos, aquela que acordou Portugal de um sono de quase meio século.

MARY RODRIGUES

PSD REEDITOU OS TIQUES DO CAVAQUISMO

O PS reagiu sexta-feira aos comentários insultuosos feitos na véspera pelo cabeça-de-lista do PSD às eleições europeias, Pacheco Pereira, em relação ao ex-Presidente da República, Mário Soares. O porta-voz do partido, António Vitorino, não hesitou mesmo em considerar que quem compara Mário Soares a um «outdoor» de campanha usa uma linguagem insultuosa. Para a direcção dos socialistas, no PSD, está a assistir-se à reedição de todos os tiques de crispação, arrogância e soberba intelectual que caracterizaram o «cavaquismo». Face à ausência de quaisquer contributos apresentados pelo maior partido da oposição para o debate de ideias, tendo em vista as eleições europeias, António Vitorino aproveitou para desafiar o PSD a esclarecer algumas contradições internas em termos de discurso político.



Para o porta-voz do PS, na passada quinta-feira, quando Pacheco Pereira apresentou a sua candidatura como cabeça-de-lista pelo PSD às eleições europeias, o País foi brindado «com uma assinalável peça política que reedita todos os tiques de crispação, arrogância e soberba intelectual que caracterizou o discurso do PSD nos tempos de liderança do professor Cavaco Silva». Por esta via, segundo António Vitorino, «reconhece-se a fidelidade do seu autor (Pacheco Pereira) aos valores que sempre defendeu, mas é manifesto que foi sempre contra essa arrogância e esse sectarismo que os socialistas se bateram durante dez anos em nome dos valores do diálogo democrático que temos procurado desenvolver na sociedade portuguesa desde há quatro anos com responsabilidades governativas».

Em síntese, «as declarações do cabeça-de-lista do PSD sobre a equipa do PS e sobre o seu cabeça-de-lista obscurecem a eventual força dos argumentos ao ruído da agressividade e revelam uma curiosa concepção sobre como ser oposição em Portugal: gritar muito e rogar tão de perto quanto possível os limites do insulto pessoal».

«Diz o povo português que as acções ficam com quem as pratica. E é verdade», rematou António Vitorino, ainda em referência aos ataques pessoais feitos por Pacheco Pereira ao ex-primeiro-ministro e ex-chefe de Estado de Portugal.

Pela parte dos socialistas, advertiu António Vitorino, «o PS saberá dar o combate necessário a esse estilo, com a serenidade do seu constante empenhamento nos va-

lores da construção europeia, com as qualidades pessoais e políticas dos seus candidatos, com as propostas sobre o futuro da Europa que o cabeça de lista, Mário Soares, divulgou detalhadamente na sessão de apresentação da nossa lista no passado fim de semana».

Um aspecto, ainda, Vitorino pretendeu deixar bem claro ao maior partido da oposição. O PS não se intimidará «pela inegável capacidade que o cabeça de lista do PSD tem de, em todo e qualquer debate, pretender ser simultaneamente protagonista e árbitro, defensor das suas teses partidárias e julgador moral dos adversários».

Diferenças em relação ao PSD

Durante a conferência de Imprensa no Largo do Rato, o camarada da Comissão Permanente do partido do punho que a lista europeia do PS «alia e concilia a experiência, o prestígio, a competência e a renovação numa solução que permite garantir continuidade ao trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu nos últimos cinco anos e que trás novas ideias e novas vontades de que é referencial essencial o nosso cabeça de lista Mário Soares».

Numa referência indirecta aos episódios rocambolescos que marcaram as últimas semanas do maior partido da oposição, Vitorino realçou que, na elaboração da lista do PS, «houve coragem e sentido de responsabilidade. Não houve atropelos, nem tropeções, nem ajustes de contas nem revanchismos requeentados. Se nem todas as listas podem dizer o mesmo, então aconselharia a prudência que mantivessem o pudor e evitassem os ataques

personais».

Uma primeira diferença estabelecida pelo porta-voz do partido entre as candidaturas europeias do PS e do PSD, relacionou-se com o longo percurso político de Mário Soares no que respeita ao aprofundamento do processo de construção da União Europeia. «Orgulhamo-nos de em matéria europeia ter passado. Desde logo o passado que nos autoriza a reivindicar o impulso da adesão de Portugal às Comunidades Europeias sob a liderança de Mário Soares. Lamentavelmente, a História não tomou nota da posição que sobre a matéria tinha então o actual cabeça de lista do PSD ao Parlamento Europeu».

Além deste facto, António Vitorino sublinhou o esforço do PS em incluir a questão do desemprego entre as prioridades de acção da União Europeia, bem como o objectivo no sentido de valorizar a dimensão social da construção europeia.

«A crítica da visão meramente contabilística do processo europeu, feita pelo cabeça de lista do PSD, Pacheco Pereira, só pode representar um reparo ao passado do seu próprio partido em termos europeus», reagiu o ex-ministro da Presidência e da Defesa.

PSD quer desvalorizar Agenda 2000

António Vitorino denunciou, ainda, a tentativa de o maior partido da oposição desvalorizar a temática dos fundos estruturais. A este propósito, frisou que não será por essa via que o PSD «conseguirá libertar-se do embaraço que para si representa a enorme vitória que o primeiro-ministro António Guterres teve na negociação da

Agenda 2000».

Mas o porta-voz do PS faria igualmente críticas ao silêncio do PSD perante algumas das mais importantes questões que se colocam ao futuro da União Europeia. No caso da Política Externa e de Segurança Comum, de acordo com o dirigente socialista, percebe-se esse silêncio. Resulta, na sua perspectiva, «da via estreita que a lista do PSD tem à sua frente face às declarações do cabeça de lista sobre a operação da NATO no Kosovo, mas, exactamente, até por essa razão, seria fundamental que os portugueses percebessem qual o papel que o PSD reserva à União Europeia nesta questão essencial para a paz e segurança do nosso continente».

Outra contradição no PSD verifica-se quando Pacheco Pereira desvaloriza agora a questão do federalismo europeu. Como recordou o porta-voz do PS, «ainda há poucos dias, a questão do federalismo era um ponto de enorme sensibilidade e tensão nas conturbadas relações entre o PSD e o PP na formação da (falhada) lista conjunta às eleições europeias». Por isso, a posição de Pacheco Pereira, «soa um pouco a oportunismo de última hora» ao tentar «escamotear um tema que esteve no centro do debate político entre o PSD e o PP e sobre o qual, aliás, à época, do actual cabeça do PSD só se ouviu um ruidoso silêncio».

«Aguardamos com enorme expectativa os resultados desta pedagogia do cabeça de lista do PSD quanto à desactualização do tema do federalismo junto dos deputados conservadores britânicos que se vão sentar na mesma bancada dos deputados do PSD», comentou com ironia António Vitorino.

PORTUGAL UNIDO E CHOCADO COM AS ATROCIDADES EM TIMOR-LESTE

As milícias pró-integração de Timor-Leste na Indonésia espalharam sábado passado o terror entre a população de Díli, provocando um número indeterminado de vítimas. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda que assistiu aos acontecimentos, disse estar chocado e prometeu levar o que vira aos seus colegas da União Europeia e às Nações Unidas. Imediatamente, o Presidente da República apelou ao seu homólogo indonésio para que faça tudo o que estiver ao seu alcance para acabar com estes massacres, expressando depois palavras de solidariedade em relação ao povo timorense e exigindo às Nações Unidas que assuma as suas responsabilidades no território. Tal como Jorge Sampaio, o primeiro-ministro responsabilizou a Indonésia pelas atrocidades ocorridas na capital de Timor-Leste.

Residentes em Díli admitiram que nunca se poderá saber com exactidão o número de mortos provocado pela mais recente acção de violência levada a cabo pelas milícias pró-integracionistas e que contou com a passividade e o apoio dos militares indonésios estacionados no território. Entre muitas outras cenas de horror registadas sábado passado, o filho de Manuel Carrascalão, de 17 anos, foi morto com golpes de catana. A algumas centenas de metros da casa de Manuel Carrascalão, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Irlanda, David Andrews, estava reunido com o bispo Ximenes Belo na residência deste, no âmbito de uma curta visita que efectuara a Díli. Ao regressar a Jacarta, o ministro irlandês prometeu que iria contar o que viu ao Presidente indonésio, bem como levar uma mensagem de repúdio aos seus colegas da União Europeia e das Nações Unidas. Numa declaração lida a partir do Palácio de Belém, o chefe de Estado apelou uma vez mais ao Presidente Habibie, da Indonésia, para que «faça tudo para que a paz seja possível e o povo timorense seja poupado a mais guerra, a mais massacres e a mais perseguições e possa exprimir em tempo útil o seu voto» relativamente ao futuro. O Presidente da República sustentou que a próxima ronda negociada, em Nova Iorque, que hoje termina, «é absolutamente decisiva para que a paz seja possível».

Responsabilidades das Nações Unidas

Na sua declaração feita de improviso, Jor-



ge Sampaio apelou a todos para que essas negociações, em Nova Iorque, «possam ter êxito e, a partir daí, as Nações Unidas assumam também no próprio território um papel indispensável à segurança, à paz e à estabilidade». Dirigindo-se em especial aos cidadãos timorenses, o Presidente da República pediu-lhes que «tenham a contenção que os grandes momentos exigem», reafirmando, depois, o empenho de Portugal em garantir que o povo de Timor-Leste possa exercer o seu direito à autodeterminação. Sábado passado, o chefe de Estado transmitiu ainda uma mensagem à comunidade internacional no sentido de tudo fazer para que, «afinal de contas, se perceba quem massacra». A paz é uma solução honrosa e necessária para que o caminho da reconciliação seja possível», disse.

No mesmo dia em que recebeu as notícias sobre o mais recente massacre da responsabilidade das milícias pró-indonésias, o primeiro-ministro afirmou, peremptoriamente, que «Portugal responsabiliza a Indonésia» pelos ataques contra populares desarmados em Timor-Leste. Falando no final de uma conferência de Imprensa conjunta com o Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, António Guterres revelou que Portugal mobilizou todos os recursos junto dos seus amigos e aliados no sentido de «colocar a Indonésia perante as suas responsabilidades, garantindo, ainda, que esses esforços «não irão abrandar». O chefe do Governo assegurou, ainda, que Portugal nunca abandonará a próxima ronda negociada, «para não dar à

Indonésia o pretexto de, por causa desse rompimento, poder evitar a presença no território de elementos das Nações Unidas.

Timor-Leste igual ao Kosovo

No dia seguinte, em Braga, no final do almoço de comemoração do 26º aniversário do PS, pediu um minuto de silêncio em respeito pelas vítimas dos massacres ocorridos nos últimos dias em Timor-Leste. Depois, o secretário-geral do partido afirmou-se chocado «pela política de dois pesos e duas medidas de alguns que não são tão sensíveis ao drama timorense como são perante os albaneses do Kosovo. Nos últimos 20 anos, por parte de alguns países, sentimos a utilização de dois pesos e duas medidas, onde a diplomacia dos interesses se sobrepunha, e sobrepõe, à dos princípios e dos valores».

Porém, acrescentou o primeiro-ministro, «Portugal e o PS serão sempre sensíveis aos nossos povos irmãos, como os timorenses, tal como aos outros com que temos menos relações, como é o caso doas albaneses do Kosovo». «Sigam os outros a lógica do egoísmo, dos dois pesos e das duas medidas, do mediatismo. Nós, portugueses, não vamos por esse caminho, usamos só uma linguagem, que é da solidariedade, da política dos valores e da diplomacia dos princípios, sempre que se encontrem em causa direitos dos povos», sublinhou o secretário-geral do PS.

António Guterres adiantou que o Governo

está a desdobrar-se em contactos internacionais a todos os níveis para resolver a situação timorense e que no próprio domingo falará com Xanana Gusmão.

«Por muitos que nos tentem levar a fazer outras coisas, devemos manter os princípios centrais da nossa luta e conseguir que na quinta-feira, em Nova Iorque e sob a égide do secretário-geral das Nações Unidas, as delegações de Portugal e da Indonésia cheguem a acordo sobre a autodeterminação do povo timorense e sobre a presença das ONU no território», referiu o primeiro-ministro.

A finalizar, António Guterres garantiu que Portugal «vai manter a sua tradição solidária em outras partes do mundo, onde os povos sofrem e não vai dar aos defensores das políticas egoístas a oportunidade de acusar também o País de egoísmo. Vamos dar continuidade à tradição e aos valores que há 26 anos fundaram o PS, realçou o líder socialista quando concluiu o seu discurso.

Em Lisboa, durante a cimeira luso-brasileira, o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso reafirmou a disponibilidade do Brasil em enviar para Timor-Leste «uma missão policial-militar» para, ao abrigo das Nações Unidas, «assegurar a autodeterminação» dos timorenses. O chefe de Estado brasileiro adiantou que a delegação do seu país nas Nações Unidas já tem instruções para, em conjunto com a delegação portuguesa, «tomar uma posição forte» na defesa dos interesses dos timorenses e de denúncia dos massacres ocorridos em Timor-Leste.

CARTAZ

25 ABRIL
25 ANOS

300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché

500\$00 MAIS PORTES DE CORREIO

Pretendo receber, na morada indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque Vale Correio No valor de 750\$00

Inclui custos de envio

Nome
Morada
Cod. Postal
Telefone
Telex

Área para assinatura

Por favor destacar este cupão e enviar para a seguinte morada:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - 1400 Lisboa

Se desejar, poderá utilizar o seguinte email: acao.socialista@partido-socialista.pt

CONSELHO DE MINISTROS Reunião de 15 de Abril

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece o regime geral de atribuição de incentivos à mobilidade dos recursos humanos na Administração Pública;
- Uma proposta de lei que procede à criação da Universidade das Forças Armadas e do Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão;
- Um decreto-lei que regula o funcionamento dos postos de atendimento existentes nas Lojas do Cidadão e define o regime do respectivo pessoal;
- Um decreto-lei que regulamenta a instalação de separador entre o habitáculo do condutor e dos passageiros, suas características técnicas, condições de colocação, homologação dos modelos e a aprovação da respectiva instalação;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento, e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e as empresas Unilever, NV, Jerónimo Martins, SGPS, SA, Fima/VG, Distribuição de Produtos Alimentares, Lda e Fima - Produtos Alimentares, SA, para a realização do projecto de investimento que visa a inovação e modernização da unidade industrial da Fima, SA;
- Um decreto-lei que cria Equipas de Sapadores Florestais e regulamenta a sua actividade, alínea c) do artigo 21º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal);
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a convenção europeia relativa à indemnização de vítimas de infracções violentas, aberta à assinatura em Estrasburgo em 24 de Novembro de 1983;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 172/97, de 16 de Julho, com a redacção dada pelo decreto-lei n.º 178/98, de 3 de Julho, que aprovou o Programa de Iniciativa Comunitária das Pequenas e Médias Empresas (ICPME);
- Um projecto de decreto-lei que desenvolve o regime jurídico criado pelo decreto-lei n.º 13/93, de 15 de Janeiro, no que concerne ao licenciamento dos laboratórios;
- Um decreto-lei que altera a redacção do diploma relativo ao consumo específico dos aparelhos de refrigeração electrodomésticos;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico aplicável às fórmulas para lactentes e às fórmulas de transição destinadas a lactentes saudáveis;
- Um decreto-lei que regula o regime jurídico aplicável aos géneros alimentícios destinados a uma alimentação especial;
- Um decreto-lei que autoriza a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, EP, a cunhar uma moeda comemorativa de prata, alusiva ao 25º Aniversário do 25 de Abril;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica da Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto dos Serviços Sociais da Guarda Nacional Republicana;
- Um decreto-lei que revoga o regime de licenciamento prévio dos veículos de mercadorias utilizados no aluguer sem condutor;
- Um decreto-lei que aprova normas tendentes à possibilidade de transição do pessoal das tesourarias da Fazenda Pública para as carreiras específicas da Direcção-Geral dos Impostos (DGOI), introduz alterações orgânicas nas direcções de finanças de dimensão intermédia e aperfeiçoa aspectos da gestão dos recursos humanos da referida Direcção-Geral, que a experiência tem demonstrado ser necessário;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico português duas directivas comunitárias e regulamenta o disposto nas directivas do Conselho n.ºs 82/711/CEE e 85/572/CEE, 92/39/CEE, de Março (as duas últimas), estabelecendo as listas de monómeros e de outras substâncias autorizadas no fabrico dos materiais plásticos destinados a entrar em contacto com géneros alimentícios;
- Um decreto-lei que estabelece as taxas de financiamento das inspecções e controlos sanitários de animais vivos, carnes frescas, produtos da pesca e de outros produtos de origem animal e revoga os decretos-lei bem como as portarias sobre sementes a exportar e importar;
- Um decreto-lei que transpõe a directiva comunitária que estabelece as regras relativas à documentação técnica e confidencialidade de ingredientes respeitantes à rotulagem dos produtos cosméticos e de higiene corporal;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem interna disposições das directivas comunitárias relativas às substâncias e produtos indesejáveis na alimentação dos animais e o regulamento relativo às substâncias e produtos indesejáveis nas matérias-primas para alimentação animal e nos alimentos compostos para animais;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva 96/8/CE da Comissão, de 26 de Fevereiro, e estabelece o regime jurídico aplicável aos alimentos para fins nutricionais específicos, destinados a serem utilizados em dietas de restrição calórica para redução do peso e como tal apresentados;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva relativa ao regime jurídico aplicável aos géneros alimentícios para utilização nutricional especial, que satisfaçam os requisitos específicos relativos aos lactentes e a crianças jovens em suplemento das suas dietas e/ou adaptação progressiva à alimentação normal;
- Um decreto-lei que altera o Regulamento da Comercialização de Alimentos Compostos para Animais e transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à comercialização de alimentos compostos para animais;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva n.º 97/69/CE, da Comissão, de 5 de Dezembro, e a directiva n.º 67/548/CEE, do Conselho, de 27 de Julho, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas;
- Um decreto que desactiva do Regime Florestal uma área de 1 500 metros quadrados de terreno integrada no Perímetro Florestal de Barrancos para construção do Bairro Habitacional da Floresta.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães, apresentou, no dia 16, no Porto, o Plano de Valorização das Albufeiras, um documento que visa conciliar o uso das barragens com a ocupação das zonas envolventes.



Para Ricardo Magalhães, «os planos não podem ser apenas um documento de zonamento e planeamento, mas têm que incluir um plano de acção e de requalificação das áreas envolventes».

«É fundamental compatibilizar o uso das albufeiras e a ocupação da zona envolvente», disse, salientando que existem actualmente 22 albufeiras com planos que deverão ficar concluídos até final do ano. O objectivo é assegurar a gestão integrada das albufeiras, respondendo à crescente procura destes espaços para desenvolvimento de actividades de turismo, recreio e lazer, obrigando à realização de investimentos públicos e privados no sentido de criar condições de apoio à sua utilização.

Das 160 albufeiras construídas, 110 estão classificadas como protegidas e apenas cinco têm em curso um plano de acção. Podem candidatar-se ao Programa de Valorização de Albufeiras as câmaras municipais e as juntas de freguesia, inseridas em áreas com planos de ordenamento de albufeiras aprovados.

As propostas deverão permitir criar condições de segurança para a prática da actividade banhar, desportos náuticos e pesca, a valorização das albufeiras do ponto de vista paisagístico e o melhoramento da qualidade ambiental.

COMUNICAÇÕES E SAÚDE

Ainda este ano a Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações vai investir 200 mil contos para expandir projectos de telemedicina, ao abrigo de um protocolo assinado, no dia 16, na Fundação Portuguesa das Comunicações, em Lisboa. Melhorar a acessibilidade e qualidade da prestação de serviços de saúde às populações são objectivos do protocolo «Intervenção Estratégica para o Desenvolvimento da Telemedicina», assinada pela secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, e pelo seu homónimo da Saúde, Francisco Ramos. O protocolo destina-se ao financiamento de 200 mil contos em tecnologia, durante este ano, destinados a desenvolver os

«mais avançados projectos de telemedicina em unidades de saúde» portuguesas.



Segundo o protocolo, trata-se de dar continuidade e expansão a projectos de telemedicina em curso, apoiando financeiramente as acções de promoção e divulgação da telemedicina, cuja realização deverá ocorrer em 1999.

Assim, o financiamento das medidas de apoio financeiras relativas a recursos técnicos e de telecomunicações cabem ao Instituto de Comunicações de Portugal (ICP), por delegação da secretária de Estado da tutela, até ao limite de 110 mil contos.

O apoio financeiro às acções de promoção e divulgação de telemedicina caberá também ao ICP até ao limite de 90 mil contos. Cabem à Secretaria de Estado da Saúde as outras medidas de apoio à execução e continuidade dos projectos em causa, nomeadamente as que se reportam a encargos com os recursos humanos.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Portugal «tem a promessa de vir a receber» com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) «cerca de 60 milhões de contos para o Desenvolvimento Rural», disse, na passada quinta-feira, dia 15, em Vila Real, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros.

Segundo Vítor Barros, este valor «significa um aumento para o dobro» daquilo que foram as verbas recebidas até agora e «envolve medidas agro-ambientais, indemnizações compensatórias, arborização de terrenos agrícolas e cessação de actividades». O governante falava aos jornalistas no final de uma conferência na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro sobre «O Futuro da Política Agrícola Comum», organizada pela universidade e Ordem dos Engenheiros-Região Norte.

Vítor Barros considerou que, apesar dos pessimismos de algumas pessoas, Portugal «não vai ficar a perder com a Agenda 2000 e, se forem comparados os valores com os recebidos até agora, então o País vai ficar a ganhar substancialmente» com o resultado das recentes negociações.

O secretário de Estado salientou que «o resultado das negociações foi muito bom quanto aos fundos estruturais, tanto mais que o contexto era de descida de preços, de alargamento, de dividir o dinheiro existente com outros parceiros da Europa». Esta conferência sobre o futuro da PAC in-

tegrou-se num ciclo sobre «A Agricultura Portuguesa e a Agenda 2000», que terminou, na terça-feira, com o tema «A Agenda 2000 e o emprego», com a participação, entre outros, do presidente da Organização Internacional da Vinha, Bianchi de Aguiar.

DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, afirmou, no passado dia 15, que Portugal está bem posicionado em termos internacionais, na linha da frente dos países aderentes ao euro e com um dos mais baixos níveis de desemprego da Europa.



Miranda Calha falava em Castelo de Vide, distrito de Portalegre, na primeira sessão temática das «Jornadas Alentejo uma Terra com Futuro», sessão subordinada ao tema «Valorizar o Património, Dinamizar o Turismo, Desenvolver com as Pessoas».

Para o governante, a aposta do Executivo aponta para a qualificação dos portugueses, dado que é a partir daí que se constrói um futuro melhor para País, com melhores condições de vida e melhor qualidade.

O secretário de Estado do Desporto revelou ainda que outras apostas do Governo passam pelo desenvolvimento rural, desenvolvimento ligado à protecção social e à tranquilidade e segurança das pessoas.

Miranda Calha considerou que Portugal obteve «uma grande vitória na negociação da Agenda 2000», justificando que no período de 2000 a 2006 o nosso país vai poder contar com 4 592 milhões de contos, o que representa 10,8 por cento dos fundos globais da União Europeia.

Acréscitou que esta verba representa um aumento de 133 milhões de contos para Portugal em relação ao anterior Quadro Comunitário de Apoio.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, disse, no dia 19, em Pombal, que deseja uma decisão quanto ao futuro aeroporto internacional de Lisboa antes das próximas eleições legislativas.

Cravinho disse que a sua esperança de que a decisão seja tomada antes das legislativas não é uma garantia de que assim seja, pois «o importante é tomar bem a decisão, e que a mesma seja fundamentada e baseada numa ponderação profunda no interesse do País».

O governante recordou que em breve se-

rão abertos concursos para as concessões de auto-estrada Ponte de Lima-Viana do Castelo-Caminha (IP9 e IC1), Leiria-Figueira da Foz-Mira (IC1) e Alto de Colaride-Sintra-Alcabedede (IC16, incluindo o fecho da CRIL).



João Cravinho, acompanhado do secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, deslocou-se a Pombal para presidir à cerimónia de assinatura de um contrato-programa com a autarquia local, com vista à construção de uma piscina coberta municipal.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, Vera Jardim, iniciou, no dia 18, uma visita de quatro dias aos Açores para se inteirar da situação dos serviços da tutela nas ilhas Graciosa, Terceira e São Miguel.



Vera Jardim visitou as instalações do Ministério da Justiça na Graciosa, o estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo, a Conservatória e o Notariado.

O ministro da Justiça deslocou-se ainda à ilha Terceira para visitar o Tribunal Judicial da Praia da Vitória, conservatórias e Notariado.

O governante terminou sua deslocação aos Açores na ilha de São Miguel, onde visitou o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, as actuais instalações do Tribunal da Ribeira Grande e o terreno para o futuro Tribunal de Menores e Família na Lagoa.

Durante os quatro dias de visita aos Açores, Vera Jardim foi acompanhada pelo secretário-geral do Ministério da Justiça e pelos directores-gerais dos Serviços Judiciais, Serviços Prisionais, Registos e Notariado.

AMBIENTE

Aterros para resíduos industriais

ABERTURA AO SECTOR PRIVADO

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, anunciou recentemente, em Lisboa, que a iniciativa privada poderá, a curto prazo, criar aterros para resíduos industriais não tóxicos em condições experimentais e sob grande visibilidade.

De acordo com a governante, a legislação está pronta e, numa primeira fase, deverão ser concedidos cerca de uma dezena de licenciamentos ao sector privado, num clima de «enorme transparência», obedecendo a condições «muito estreitas».

Na base desta medida está o entendimento de que, em determinadas situações que se apresentam aliciantes ao sector privado, é legítimo evitar o recurso aos dinheiros públicos, fonte de sobrecarga aos contribuintes e ao Estado.

Elisa Ferreira falava na sessão pública de apresentação da versão preliminar do Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI), que decorreu no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), na presença dos elementos envolvidos na equipa de trabalho.



A ministra insistiu na importância de, em matéria de política ambiental, «separar o essencial do secundário», evitando a atracção por soluções academicamente perfeitas - que dariam excelentes teses de doutoramento - mas de fraca aplicabilidade na resolução dos problemas concretos. Elisa Ferreira evidenciou, a este propósito, que de nada adianta andar há anos e anos a contabilizar os resíduos industriais, fazendo diagnósticos cada vez mais perfeitos sobre o assunto, «enquanto ao lado se acumulam pilhas de resíduos».

Esta é, segundo a titular da pasta do Ambiente, uma «atitude de irresponsabilidade colectiva total», com a qual o País se arrisca a ter numerosos «planos lindíssimos num ambiente completamente irrespirável».

Na sessão, foi sublinhado por intervenientes na elaboração do PESGRI que um dos grandes problemas em matéria de resíduos industriais é a ausência de estruturas capazes de os tratar.

Por este motivo, cria-se um «efeito bola de neve», que leva os empresários a evitar a identificação dos resíduos junto das autoridades de fiscalização. «Ao identificarem-se, eles têm que dizer para onde os enviam». E, salvaguardando raras excepções, isso significaria assumir-se como prevaricadores, explicou a ministra.

Por este motivo, Elisa Ferreira recomendou ao grupo de trabalho - sob coordenação do Instituto Nacional de Resíduos (INR) - que mantenha uma atitude lúcida, fundamental quando se elabora um estudo que tem por finalidade servir de base a decisões políticas.

Defendendo uma resolução prática e eficaz

dos problemas, a governante declarou que Portugal, em matéria de ambiente, viveu durante muito tempo num clima de legalidade aparente, em que país legal/país real se mantinham sem qualquer ponto de contacto.

«Penso ter chegado o momento de se passar de uma política correctiva para uma política preventiva», disse, notando que até agora o País esteve basicamente entregue à tarefa de «sarrar feridas do passado e passivos ambientais».

«Agora temos que crescer bem, e não crescer de qualquer maneira», sustentou Elisa Ferreira, preconizando o «uso racional do património financeiro e ambiental».

Para a governante, este é igualmente o momento para se abandonar manifestações de emotividade e pânico na discussão de temas ambientais.

«O ambiente não deve ser usado para protagonismos políticos ou sociais. A situação do País não o permite», declarou a ministra, referindo a sua expectativa na apresentação da versão final do PESGRI, prevista para o final do ano.

DESTAQUE - CM

Forças Armadas

ENSINO SUPERIOR QUALIFICADO

O Governo decidiu, no dia 15, criar uma universidade e um Instituto dos Altos Estudos para as Forças Armadas portuguesas.

A proposta de lei aprovada na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada em Lisboa, vem, assim, criar a Universidade das Forças Armadas, tutelada pelo Executivo através do ministro da Defesa Nacional e superiormente dirigida por uma Chancelaria, com vista a que o ensino superior ministrado nos estabelecimentos militares continue a acompanhar os padrões universitários portugueses e europeus e a formação complementar dos oficiais seja ministrada numa perspectiva abrangente, salvaguardando os perfis específicos de qualificação requeridos pelos ramos.

Paralelamente foi criado o Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas, resultante da integração do Instituto Superior Naval de Guerra, do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, cuja forma de associação à Universidade será definida nos respectivos estatutos.

A formação académica, humana e militar dos quadros permanentes das Forças Armadas é uma prioridade subordinada aos valores e objectivos do conceito estratégico de Defesa Nacional, que deve acompanhar as exigências de carácter humanístico, científico, técnico e cultural,

que variam no tempo e se tornaram intensas com a acelerada mudança da estrutura internacional e do quadro renovado das missões.

Tudo isto se reflectiu, na generalidade dos Estados, na redefinição do serviço militar, na profissionalização dos quadros, no recurso ao voluntariado e à contratação.

O conceito de segurança e defesa deixou de se referir apenas ao braço armado, abrangendo os recursos e capacidade de outros sectores públicos e da sociedade civil empenhada no esforço convergente de todas as componentes.

Deste modo, o ensino superior militar é chamado à preparação de quadros altamente qualificados para acompanhar as exigências da segurança, ajustando o nível e diversidade das qualificações que confere aos novos perfis de desempenho das Forças Armadas, e possibilitando a circulação plena desses diplomados para as responsabilidades do Estado e da sociedade civil sempre que necessário e oportuno, tudo em concordância com a natureza e estrutura que para eles decorrerá da nova legislação sobre o serviço militar.

Por outro lado, a importância crescente das operações militares de natureza conjunta e combinada recomenda a maximização das oportunidades de conhecimento mútuo e de formação comum dos oficiais das Forças Armadas.

DESTAQUE - CM

Segurança nos transportes

TAXIS: OBRIGATÓRIO SEPARADOR ENTRE CONDUTOR E PASSAGEIRO

O Executivo socialista que fazer face, de uma vez por todas, ao problema da violência e criminalidade que vitimiza os taxistas.

Assim, na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada no dia 15, em Lisboa, foi aprovado um decreto-lei que regulamenta a instalação nos taxis de um separador entre o habitáculo do condutor e dos passageiros, as suas características técnicas, condições de colocação, homologação dos modelos e a aprovação da respectiva instalação.

Este diploma vem finalmente regulamentar as medidas de segurança para os motoristas de táxi, definindo as características técnicas (cujas especificações serão fixadas por despacho do director-geral de Viação) e as condições de montagem do separador a instalar no interior do taxi.

Nos termos do diploma, o separador deverá ser resistente a elementos cortantes e à perfuração por balas disparadas por armas convencionais; constituído por material auto-extinguível e resistente à abrasão química; terá de permitir uma boa visibilidade nos dois sentidos, nomeadamente através do espelho retrovisor; ser munido de um dispositivo de comunicação para troca de dinheiro ou outro meio de pagamento; e possuir um dispositivo para amor-



tecimento ou desconexão do sistema de fixação em caso de colisão frontal.

A montagem do separador deverá efectuar-se de modo a impossibilitar a sua remoção ou arrombamento a partir do habitáculo dos passageiros; não obrigar a alterações nos elementos estruturais do veículo; não apresentar folgas que permitam a passagem de um objecto cilíndrico com comprimento igual ou superior a cem milímetros e diâmetro de base igual ou superior a 15 milímetros; e não interferir com os movimentos previstos para o sistema dos cintos de segurança, inclusive em caso de acidente.

DESTAQUE – CM

Lojas do Cidadão

GESTÃO, SERVIÇOS E PESSOAL

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 15, um decreto-lei que regula o funcionamento dos postos de atendimento existentes nas Lojas do Cidadão e define o regime do respectivo pessoal.

Este diploma vem determinar a natureza dos postos de atendimento das entidades públicas participantes nas Lojas do Cidadão, considerando-os extensões ou delegações das respectivas entidades, sem prejuízo da regulamentação específica dos casos da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, Direcção-Geral dos Registos e do Notariado e Instituto Português da Juventude, por carecerem de normativos adequados à sua especificidade.

Tratando-se de um tipo de serviço inteiramente novo em Portugal, e colocando-se questões como as da organização do trabalho e da articulação com as entidades participantes, o Executivo socialista considerou importante e necessário definir um conjunto mínimo de regras claras e precisas que assegurem o funcionamento das lojas.

Em termos de atendimento ao público as Lojas do Cidadão funcionarão ininterruptamente entre as 8 e 30 e as 19 e 30, de segunda a sexta-feira, e das 9 e 30 às 15 horas, aos sábados.

Na mesma reunião do Governo, foi igualmente aprovado um outro decreto-lei rela-



tivo às Lojas do Cidadão mas no que diz respeito à lei orgânica do Instituto de Gestão das mesmas.

Este diploma vem criar uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sujeita à tutela do Governo através do seu membro responsável pela função pública, que tem por atribuição a gestão dos serviços de atendimento de-

signados Lojas do Cidadão.

O instituto compreende órgãos centrais (presidente da direcção, direcção, conselho institucional e fiscal único) e locais (gerente e conselho de parceiros).

Compreende também serviços centrais e locais combinados numa estrutura de grande agilidade que comporta as subunidades orgânicas indispensáveis ao seu funcionamento e as equipas de pro-

jecto, pluridisciplinares, funcionando por períodos limitados e com objectivos bem definidos.

O Instituto de Gestão dispõe de autonomia administrativa e financeira, solução que se afigurou a mais adequada para garantir a necessária agilidade de organização de um espaço de loja que reúne mais de três dezenas de serviços públicos e empresas.

Em matéria de pessoal, aponta-se para a subordinação a um estatuto especial, mas enquanto não estiver definido esse regime, estabelecem-se princípios orientadores fundamentais que têm como referência o regime de carreiras e de remunerações da função pública, e os princípios da publicidade, igualdade, proporcionalidade e prossecução do interesse público, no que respeita aos procedimentos de ingresso e acesso.

Recorde-se que o processo de implementação das Lojas do Cidadão tem vindo a decorrer sob a coordenação de uma equipa de projecto, constituída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/97, de 21 de Outubro, a qual cessará funções com a entrada em funções do Instituto agora criado.

Refira-se ainda que a entrada em funcionamento da primeira loja está já marcada para o final deste mês e que a Loja do Cidadão do Porto já entrou em fase de obra, devendo abrir ao público no segundo semestre do ano em curso.

DESTAQUE – CM

Funcionários da Administração Pública

COMBATER ASSIMETRIAS

O Executivo socialista deu luz verde, na passada quinta-feira, dia 15, em Lisboa, a um conjunto de medidas que visam a fixação no interior de algumas classes profissionais prioritárias para a vida das populações rurais como professores e médicos, entre outros.

Assim, o decreto-lei, aprovado em reunião de Conselho de Ministros, estabelece o regime geral de atribuição de incentivos à mobilidade dos recursos humanos na Administração Pública.

Este diploma abandona o anterior modelo de incentivos para fixação na periferia, adoptando um novo conceito, focalizado no «serviço carenciado», que visa contribuir para combater as assimetrias existentes na distribuição dos recursos humanos da Administração Pública, particularmente as carências de pessoal - sobretudo daquele que possui maiores qualificações habilitacionais e profissionais - com que, reconhecidamente, se defrontam os serviços ou organismos desconcentrados da administração central e as autarquias locais.

Entende-se como «serviço carenciado»



aquele que, esgotadas as diferentes formas de recrutamento de pessoal, continue a manter lugares vagos no respectivo quadro de pessoal, cujo preenchimento seja considerado essencial ao seu funcionamento.

O diploma - embora directa e imediatamente aplicável ao pessoal das carreiras do regime geral, cuja mobilidade se verifica para e entre serviços ou organismos desconcentrados da administração central

que venham a ser declarados como carenciados de recursos humano - tem «vocação irradiante» para e entre as autarquias locais, para pessoal das carreiras de regime especial (nos casos em que para os mesmos não se encontrem previstos, em legislação própria, incentivos de idêntica natureza) e para o pessoal dos corpos especiais.

Nos termos do decreto-lei, o estatuto de «serviço ou organismo carenciado de recursos humanos» será atribuído por despacho conjunto do ministro da tutela e do membro do Governo que tenha a seu cargo a Administração Pública, mediante proposta fundamentada do dirigente máximo do serviço ou organismo em causa.

O diploma prevê que o pessoal deslocado possa beneficiar de incentivos pecuniários; subsídio para fixação - um único abono pecuniário a atribuir imediatamente, após o início de funções no serviço de destino, e num montante correspondente ao vencimento base mensal multiplicado por 6 (deslocação para uma localidade situada entre 50 a 80 km da residência) ou por 10 (deslocação para uma localidade a mais de 80 km); e subsídio

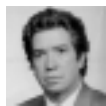
de residência - enquanto não for possível atribuir habitação, o pessoal deslocado beneficia de um subsídio de residência mensal (correspondente à renda efectivamente paga) cujo montante máximo não pode ultrapassar 80 por cento do valor do índice 100 da escala salarial do regime geral.

O profissional deslocado e fixado numa zona carente dos seus serviços contará, ainda com um subsídio de deslocação - para compensar as despesas emergentes da mudança de residência e que inclui os abonos para as despesas de viagem, de transporte de móveis e bagagens e respectivos seguros; incentivos de natureza não pecuniária; uma garantia de transferência escolar dos filhos de qualquer dos cônjuges para qualquer grau de ensino, nomeadamente superior (dispensa do *numerus clausus*); preferência de colocação do cônjuge (se este for funcionário ou agente) num serviço ou organismo limítrofe; e prioridade no direito à frequência de acções de formação directamente relacionadas com o cargo ou actividade exercida e que se revelem de interesse para o serviço.

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

«Pacote» laboral

O FALSO «PAPÃO»



O deputado socialista Artur Penedos defendeu, no passado dia 7, na Assembleia da República, que as propostas de lei governamentais relativas à organização do tempo de trabalho, aos trabalhadores menores, às mulheres grávidas e às actividades em tempo parcial não constituem «atentados» aos direitos dos trabalhadores, como se pretende fazer crer.

«O dito "pacote laboral", como facilmente se demonstra, não existe sob o ponto de vista dos malefícios que alguns lhe atribuem», reiterou o parlamentar do PS, numa discussão conjunta em que dedicou a sua intervenção à desmistificação de um pseudo-fantasma que assola as relações laborais.

«Algumas forças políticas e político-sindicalistas – as do costume – que se arrogam de únicos representantes dos direitos e interesses dos trabalhadores, usaram os últimos meses para fustigarem a opinião pública com o papão que criaram e que existe apenas e só nas suas cabeças e, porque serve os seus interesses eleitorais, designaram o dito papão por pacote laboral», disse.

Convicto de que as propostas do Executivo socialista são decisivas na regulação do sector do trabalho, visando uma melhor e mais adequada protecção dos tra-

balhadores, Artur Penedos fez questão de analisar um por um os três diplomas governamentais.

Para o deputado do GP/PS, a proposta de lei que regulamenta a dispensa de horário de trabalho com adaptabilidade aos menores, portadores de deficiência, grávidas, puérperas ou lactantes viabiliza uma efectiva protecção das referidas classes de trabalhadores e, ao mesmo tempo que simplifica e acelera os serviços no contacto e relacionamento com os particulares.

No que diz respeito à proposta de lei que altera o regime do trabalho subordinado e de regulamentação do emprego de menores, Artur Penedos considera que o diploma «comporta soluções que manifestamente melhoram e aperfeiçoam o regime jurídico em vigor, proibindo o acesso ao mercado de crianças em idade escolar e contribuindo para o combate ao trabalho infantil.

Finalmente, quanto ao «maléfico e ambivalente, no dizer de alguns, trabalho a tempo parcial», o parlamentar socialista recorda que, na actualidade, uma série de factores levaram à proliferação dos «empregos não convencionais», à redução do volume de emprego e, consequentemente, ao surgimento da «flexibilidade» laboral.

«O trabalho a tempo parcial apresenta-se, pois, como um instrumento de luta contra o desemprego, uma vez que através deste se procura a criação de novos postos

de trabalho e, simultaneamente, o aumento dos mesmos, mediante uma política de partilha do trabalho existente», afirmou convicto.

Numa referência explícita ao acordo estabelecido entre a INICE, CEEP e CES – de que fazem parte a UGT e a CGTO –, o parlamentar do PS alerta para a apresentação por parte destas organizações de dois discursos diferentes conforme a oportunidade: «um para a Europa ver e o outro para consumo interno!».

É que as propostas apresentadas pelo Executivo acolhem o espírito da directiva comunitária que resultou do acordo anteriormente referido, por isso não faz sentido apresentá-la como uma ameaça para os direitos laborais dos trabalhadores.

Considerando injustificado o «ruído» de alguns agentes políticos e sindicais em torno da proposta de lei sobre o trabalho a tempo parcial, Artur Penedos conclui, evidentemente, que não há razão para alarmismos nem falsos papões, o quadro normativo proposto pelo Governo para as relações laborais e em especial para a regulação do trabalho a tempo parcial mais não faz do que zelar pelos interes-

ses e direitos da classe trabalhadora na actual conjuntura do mercado de emprego.

Porém, o deputado socialista não deixou de frisar que aos diplomas do Executivo não são modelos acabados, manifestando a disponibilidade do GP/PS para, em sede de especialidade e após aprovadas na generalidade, serem ponderadas as melhorias indispensáveis.

«É nossa convicção que os direitos dos trabalhadores se encontram devidamente salvaguardados na proposta de lei do Governo, uma vez que o regime proposto vai no sentido de consagrar o trabalho a tempo parcial como voluntário e reversível, implicando a igualdade ou proporcionalidade dos direitos para a prestação de trabalho a tempo completo», explicou.

Desta forma, conclui Artur Penedos, «permite-se um maior acesso, a partilha voluntária e reversível de postos de trabalho e uma maior conciliação da vida profissional com outras actividades familiares, de lazer ou educativas, sem que se torne necessário diminuir os direitos dos trabalhadores, que neste domínio se mantém intocáveis».

MARY RODRIGUES

PROJECTO DE LEI

PS e PCP

DIPLOMA DA ESQUERDA REPARA INJUSTIÇAS AOS MILITARES DE ABRIL

Um projecto de lei apresentado no Parlamento por deputados do PS e do PCP visa reparar a situação de militares que viram prejudicadas as suas carreiras por terem participado activamente no 25 de Abril.

O diploma apresentado pela esquerda refere, na exposição de motivos, que «são hoje inquestionáveis os serviços prestados ao país, à liberdade e à democracia, pelos militares que com a sua acção, dedicação e espírito de sacrifício conseguiram, não obstante as dificuldades de percurso, efectuar uma transição pacífica do poder para os representantes do povo legitimados por eleições livres».

O sistema previsto no projecto de lei outorga aos militares de Abril «a faculdade de cada um destes elementos pedir a revisão ou ver revista a sua situação militar, com eventual alteração da mesma, à luz da reconstituição possível e presumível da carreira militar de cada um, dentro de certos juízos e limites realistas, no pressuposto de que, não existindo os actos de que foram objecto a interrupção ou alteração anómala não teriam ocorrido».

Sistema justo e equilibrado

O diploma institui um sistema «equilibrado» distinguindo «a situação dos que se encontram no activo e dos militares já na reserva».

«Espera-se que esta reparação e reconhe-



cimento, por justos e devidos, contribuam para o reforço e pacificação da sociedade portuguesa, pondo termo a ressentimentos alimentados por situações injustas cuja subsistência nada justifica», lê-se no projecto de lei apresentado pelo PS e pelo PCP.

J. C. CASTELO BRANCO

GP/PS

Bandas Filarmónicas

SUBSÍDIO PARA COMPRA DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) quer ajudar as bandas filarmónicas e os agrupamentos musicais do mesmo género a desenvolver o «institucional» e «importante» papel que têm desempenhado ao longo de décadas na animação de actos cívicos, festivos e religiosos. Assim, a bancada parlamentar do PS apresentou, na semana passada, à mesa da Assembleia da República, um projecto de lei que tem como primeiro subscritor o deputado Fernando Pereira Marques, visando dar apoio à aquisição de instrumentos para as referidas formações musicais.

Numa nota à Imprensa, o GP/PS recorda que as bandas filarmónicas e/ou agrupamentos do mesmo género se encontram organizadas em associações que, por sua vez vivem do voluntariado, deparando-se com dificuldades de ordem financeira. Face ao especial contributo das formações musicais para a preservação, desenvolvimento e valorização da música das populações tem-se evidenciado uma positiva e crescente sensibilização por parte dos poderes públicos em geral e das autarquias em particular no apoio a essas bandas de música.

Segundo a nota do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, importa reforçar os incentivos e apoios às associações em questão.

Um dos problemas com que se deparam as bandas é o elevado preço da generalidade dos instrumentos musicais, agravado pelo IVA.

«Os constrangimentos comunitários impedem tanto a isenção como a redução desse imposto», refere a nota, acrescentando que «só é viável aligeirar tal custo pela via da prevista no projecto de lei entregue à mesa da AR».

Assim, a partir 1 de Janeiro de 2000 (data da entrada em vigor do diploma) o Ministério da Cultura deverá subsidiar, anualmente, as bandas filarmónicas e outras formações musicais que tenham reconhecida utilidade pública, em valor equivalente ao IVA pago e suportado, que não conferiu direito à dedução, em cada ano orçamental, na aquisição de instrumentos de música destinados ao seu uso exclusivo.

De acordo com o projecto de lei socialista, os instrumentos eléctricos e electrónicos estão excluídos do referido subsídio.

MARY RODRIGUES

SPD

Congresso extraordinário

ALA ESQUERDA ATENTA A «NOVO-CENTRISMO» DE SCHROEDER

Gerard Schroeder foi eleito no dia 12 presidente do SPD alemão com 76 por cento dos votos, no congresso extraordinário do partido que tinha como objectivo confirmar a liderança do chanceler, depois da demissão de Oskar Lafontaine, um social-democrata clássico que sempre pôs reservas ao Novo Centro de Schroeder e à tentação neoliberal e pós-modernista que parece estar na moda (passageira, esperamos) em algumas franjas dos partidos da Internacional Socialista.

De salientar que o actual chanceler alemão, apesar de ter sido eleito com 76 por cento dos votos, obteve o pior resultado de um escrutínio do género desde 1946.

Nos congressos dos sociais-democratas alemães, recorde-se, os predecessores de Schroeder obtinham em geral mais de 90 por cento.

Uma parte significativa dos delegados – 120 – votou contra, o que mostra a relutância da ala esquerda em digerir o pragmatismo de Schroeder e o seu novo-centrismo, uma espécie de terceira via à alemã.

Para além da eleição de Schroeder à frente dos destinos do SPD, o congresso extraordinário que decorreu em Bona ficou ainda marcado por um estimulante e vivo debate em torno da crise no Kosovo, revelando as profundas divergências internas quanto a esta questão.

Divergências internas

Depois de uma apaixonante e democrática discussão sobre os ataques da NATO, a direcção do partido conseguiu fazer



aprovar uma moção de apoio à política do Governo de envolvimento da Alemanha na questão do Kosovo.

Ao longo da reunião magna do SPD, a ala esquerda, os jovens socialistas (jusos) e a liderança regional do partido em Bremen expressaram o seu desacordo com o envolvimento da Alemanha numa acção militar da NATO sem mandato das Nações Unidas em duas moções que apelam ao Governo vermelho-verde de Schroeder para pôr termo aos ataques militares, tendo em consideração uma situação humanitária que «se deteriora drasticamente». Numa intervenção em que defendeu energeticamente a decisão do seu Governo, o líder do SPD e chefe do Governo, Gerard Schroeder, invocou a «responsabilidade histórica da Alemanha» e os seus deveres para com a comunidade internacional e a população kosovar.

«Nem os assassinios nem as deportações devem ser de novo politicamente tolerados», disse.

J. C. CASTELO BRANCO

PE

Relatório

TORRES COUTO QUER REGRAS PARA COOPERAÇÃO COM PAÍSES ACP

O eurodeputado socialista Torres Couto apresentou recentemente na sessão plenária de Estrasburgo um relatório sobre as regras de cooperação que contribuem para o desenvolvimento e a consolidação da democracia e respeito pelas liberdades fundamentais nos países ACP.

Durante a discussão do seu relatório, em segunda leitura, no plenário de Estrasburgo, o eurodeputado socialista Torres Couto afirmou que «a ajuda da União Europeia para os países em desenvolvimento deve ser bem controlada de forma a ser, de facto, utilizada para erradicar a fome, as doenças e as carências de toda a ordem».

Torres Couto frisou que a ajuda da União

Europeia «nunca deve ser desviada para compra de armas e para semear a destruição», acrescentando que «esta deve ser a pedra angular das políticas da União».

O eurodeputado socialista realçou a importância das alterações que visam alargar o âmbito e os objectivos do projecto de regulamento – ao mesmo nível que a promoção da democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais – às acções de cooperação que visam o fomento da boa gestão dos assuntos públicos.

Torres Couto interveio também no relatório sobre a política de cooperação comunitária.

J. C. C. B.

TIMOR-LESTE

Conferência Interparlamentar

VIVER EM PAZ E LIBERDADE

«Os timorenses preferem ser exterminados do que permanecer num estado de escravidão após o ano 2000»

Xanana Gusmão

A deputada socialista Rosa Maria Albernaz, defendeu, no dia 11, em Bruxelas, por ocasião da 101ª Conferência da União Interparlamentar, que sem o desarmamento e desmantelamento dos grupos armados, nem o processo de paz e reconciliação nem o de negociações diplomáticas (em Timor-Leste) poderão ser eficazes e duradouro».

Em nome do povo timorense «mártir», a delegação portuguesa pediu à União Interparlamentar que apoiasse a justa causa maubere, «porque ao apoiarem estarão a permitir que as esperanças de homens, mulheres e crianças de Timor-Leste se torne uma realidade».

«Eles só vos pedem para viver em paz e liberdade», sublinhou Rosa Maria Albernaz sem deixar de referir que a actual conjuntura do «caso Timor» inspira alguma esperança, nomeadamente no que diz respeito à alegada abertura do regime de Jacarta, à instalação de uma Secção Portuguesa no território e à missão das Nações Unidas.

Mas, conforme a parlamentar faz questão de frisar, as informações mais recentes não são tranquilizantes, «antes apontam para uma espiral de violência em Timor-Leste, bem como para o aumento do número de grupos civis armados e de milícias, o que originou neste últimos dias, actos ainda



mais violentos com mortes de civis em Liquiçá».

As preocupações da delegação portuguesa e da deputada socialista mais se aprofundam ao tornar-se cada vez mais evidente o drama real que alimenta os discursos e apelos do povo maubere, pela voz do seu líder Xanana Gusmão, reflectindo o clima de tensão existente no seio da comunidade timorense e a «necessidade imperiosa de mudança».

«Ainda que se sofra, se morra, nós continuaremos a procurar o caminho da paz, porque está próxima a hora para o povo de Timor-Leste governar-se a si próprio», cita Rosa Maria Albernaz do apelo sofrido de Xanana lançado desde a sua prisão em Jacarta, num esforço de fazer sentir a alma resistente do povo maubere que, às portas do século XXI, prefere o extermínio à escravidão.

MARY RODRIGUES

TIMOR-LESTE

Resolução aprovada

PE QUER INVESTIGAÇÃO SOBRE MASSACRE DE LIQUIÇÁ

O Parlamento Europeu (PE) aprovou no dia 15 uma resolução comum pedindo que se faça uma investigação sobre o massacre de Liquiçá e em que condena a violência e a repressão que continua a alastrar na Indonésia, particularmente em Timor-Leste.

Esta resolução, que teve como base a que foi apresentada pelos socialistas portugueses em nome do PSE, «condena veementemente o massacre perpetrado pelos grupos paramilitares e pró-integracionistas em conluio com a polícia e o exército indonésio».

Massacre que, refere a resolução, «provocou a morte de dezenas de civis indefesos».

No documento, o PE manifesta ainda «o seu pesar às famílias das vítimas dos massacres de Liquiçá».

O PE pede que as autoridades de Jacarta interrompam imediatamente o apoio militar e logístico aos grupos paramilitares e que procedam ao seu desarmamento e

dissolução, bem como a uma redução drástica da presença militar no território timorense.

Na resolução sublinha-se ainda a importância do prosseguimento das negociações entre Portugal e a Indonésia.

O PE convida ainda também a ONU a enviar uma missão para preparar e controlar o processo de consulta.

Luis Marinho critica eurodeputados da defunta AD

O vice-presidente do PE, Luis Marinho, por sua vez, sublinhou que os eurodeputados socialistas portugueses lamentam que o PPE, onde se integra o PSD, e o UPE, onde se insere o CDS/PP, tenham rejeitado um ponto que pedia à presidência da União Europeia que revise com urgência, à luz dos massacres de Liquiçá, as apreciações positivas atribuídas à Indonésia em matéria de Direitos Humanos e progressos na democracia.

J. C. C. B.

GOVERNO PROMOVE FIXAÇÃO DE EMPRESAS

A expansão de duas empresas e a criação de mais quatro do sector do calçado no distrito de Viana do Castelo contará um investimento de mais de 1,4 milhões de contos (sete milhões de euros).

Estes projectos, apoiados pelo Programa de Apoio Específico de Deslocalização Industrial Regional (PAEDIR), serão implantados em Paredes de Coura e Ponte de Lima, contando com um incentivo de cerca de 680 mil contos (3,4 milhões de euros), que permitirão a criação de 280 postos de trabalho.

A contratualização destes projectos decorreu, no dia 19, em Paredes de Coura, numa cerimónia presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres, e do ministro da Economia, Pina Moura, incluindo a assinatura de mais 19 contratos com empresas do sector do calçado envolvidas em processos de deslocalização industrial.

A totalidade dos projectos representa um investimento global superior a 7,3 milhões de contos (36,5 milhões de euros), ao qual se associa a criação de 1 400 novos postos de trabalho e um incentivo de mais de 3,5 milhões de contos (17,5 milhões de euros).

O objectivo é contribuir para a redução das assimetrias regionais, através da deslocalização de actividades produtivas de zonas de forte concentração industrial para regiões tradicionalmente mais desfavorecidas ao nível do desenvolvimento da actividade industrial e da componente de criação de emprego.

Para o ministro Pina Moura, os 25 novos projectos de empresas do sector do calçado são a vitória de um trabalho de parceria entre o Ministério da Economia e a associação empresarial do sector do calçado (APICCAPS), iniciado a 4 de Março de 1998 e que culminou em Agosto do mesmo ano, com a criação do PAEDIR, no âmbito do PEDIP II.

«O Ministério da Economia irá prosseguir na sua política de servir as empresas e melhorar as suas condições de competitividade, bem como ajudá-las a triunfar num quadro cada vez mais agressivo de concorrência internacional», garantiu. Na sua intervenção, o presidente da APICCAPS, Fortunato Frederico, sublinhou a importância do PAEDIR enquanto instrumento de relevo na economia de regiões menos favorecidas e desenvolvidas do País, constituindo ao mesmo tempo um «exemplo paradigmático de inovação e de parceria entre empresários e Governo». Considerando que a imagem que ainda persiste de Portugal no mundo é «excessivamente redutora e penalizadora e nada tem a ver com a realidade presente», Fortunato Frederico alertou para a necessidade de «promoção da imagem» do nosso país no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio como condição «decisiva e insubstituível do crescimento sustentado



da economia portuguesa». Para Fortunato Frederico, na prática, essa imagem negativa traduz-se numa «desvalorização de tudo o que é português», com «efeitos devastadores na formação dos preços dos produtos que se vendem no mercado mundial» e, por consequência, no «empobrecimento do País e na perda da sua competitividade global».

Procom: apoio para urbanismo comercial

O projecto de urbanismo comercial do PROCOM abrange 2 548 lojas em 157 cidades e vilas, representando um investimento público e privado de 40 milhões de contos, anunciou, também na passada segunda-feira, em Braga, o chefe do Executivo socialista, António Guterres.

Falando na sede da Associação Comercial de Braga (ACB), o primeiro-ministro salientou que se trata de um projecto «de verdadeira dimensão nacional» e que «é importante não apenas para a prosperidade dos empresários que nele se inserem, mas também porque tem uma visão humanista dos núcleos urbanos portugueses».

«Não está apenas em causa o aspecto comercial, pois trata-se de fazer a requalificação urbana, mantendo a habi-

tação nos centros urbanos e criando condições para uma vida cultural, religiosa e de lazer que vivifique estas zonas históricas», declarou.

Guterres almoçou na sede da ACB e presidiu a uma sessão de divulgação da área de urbanismo comercial do PROCOM na cidade de Braga, que foi pioneira no País e que abrange actualmente 171 estabelecimentos comerciais em 22 arruamentos da zona histórica.

Para o governante, «a política de modernização urbanística e comercial dos conjuntos urbanos evita a degradação das cidades, já que contraria a terciarização dos centros históricos, com escritórios de grandes empresas de dia e ruas desertas à noite, com aumento da marginalidade e do tráfico de droga».

«O Governo fica satisfeito com a adesão verificada em Braga e que serviu de exemplo ao resto do País», sublinhou, enaltecendo a acção do secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro, o qual «vincou» - «já percorreu 14 mil quilómetros de carro para levar o projecto a todas as associações do País».

Dirigindo-se ao líder da Confederação do Comércio Português, Vasco da Gama, António Guterres lembrou os tempos em que o Executivo sentia dificuldades em le-

var os apoios comunitários ao sector do comércio, realçando que «felizmente essa barreira foi vencida e hoje o sector está a modernizar-se de forma a competir com outras formas de comércio».

O presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, salientou que a aplicação do PROCOM em Braga se inseriu numa política sistemática de reabilitação urbana no centro da cidade, que representou nos últimos anos um investimento público ou privado de 9,1 milhões de contos.

«Hoje, o nosso centro histórico está muito agradável e isso traz vantagens para quem cá vive e para o comércio», sublinhou, elogiando a «parceria institucional» que a autarquia tem mantido com a ACB.

Por seu turno, presidente da ACB, Alberto Pereira, salientou que nos seis concelhos do distrito de Braga que integram o organismo o projecto de urbanismo comercial abrange 600 estabelecimentos, que estão a investir nove milhões de contos.

No final da sessão, o primeiro-ministro, que se encontrava acompanhado do ministro da Economia, Pina Moura, do secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro, e do governador civil, Pedro Vasconcelos, percorreu o centro da zona pedonal da cidade, tendo visitado parte das lojas que integram o PROCOM.

25 DE ABRIL JOVEM

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, participa, amanhã, pelas 15 e 30, na Festa «25 de Abril Jovem», que se realiza no Pavilhão Rosa Mota do Porto, no âmbito das comemorações oficiais dos 25º aniversário da Revolução dos Cravos. A iniciativa, que contará com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio, do ministro adjunto do primeiro-ministro, Jorge Coelho, e de quatro mil jovens de todo o País, visa representar o contributo da juventude portuguesa na construção da democracia.

A Festa «25 de Abril Jovem» inicia-se por volta das 15 horas com uma marcha, música, animação de rua e malabaristas, entre outros espectáculos de variedades.

No Pavilhão Rosa Mota a tarde será ainda preenchida com diversas actividades, com destaque para o Palco Associativo, onde as Associações Juvenis mostrarão o seu trabalho.

Uma emissão de rádio em directo, teatro, ateliers, vãos estáticos em balão, graffiti, tatuagens, escultura em esponja, desportos radicais e jogos tradicionais são algumas das iniciativas que se desenvolverão até ao fim da tarde.

Às 21 horas, um concerto a cargo de Maré Lata, Gonçalo Pereira, Blind Zero e Silence 4 encerrará a Festa «25 de Abril Jovem».

Comunidades: luso-descendentes reúnem-se em Lisboa

Para a juventude de raízes portuguesas que se encontra fora do País, decorre, entre 2 e 8 de Maio, em Lisboa, a Semana dos Jovens Portugueses e Luso-descendentes, visando fomentar nos filhos dos emigrantes o orgulho de ser português e mostrar um Portugal moderno.

A Semana dos Jovens Portugueses e Luso-descendentes, organizada pela Secretaria de Estado das Comunidades (SEC) na Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude, tem igualmente como finalidade captar a atenção e conquistar as segundas e terceiras gerações de emigrantes.

O assessor jurídico da SEC disse à Comunicação Social, no passado dia 18, que esta geração está habituada a ouvir falar de um Portugal que «não existe», de um «País tradicional» transmitido pelo seus pais.

Tiago Duarte afirmou que a ideia de organizar um encontro mundial de jovens luso-descendentes surgiu do secretário de Estado das Comunidades.

Nas viagens que efectua às comunidades portuguesa espalhadas pelo mundo, José Lello percebeu que é necessário fomentar nestes jovens o orgulho de ser português e criar vínculos mais fortes com Portugal, frisou.

Vão estar presentes no encontro 75 jovens emigrantes que são dirigentes associativos ou que se destacam na comunidade portuguesa pelas actividades



que desempenham.

Esta selecção foi feita com o apoio das embaixadas e dos consulados que, através dos contactos que têm com a comunidade portuguesa, recolheram informações sobre os filhos dos emigrantes que desempenham cargos de responsabilidade nos países de acolhimento.

A Semana dos Jovens Portugueses e Luso-Descendentes, organizada em conjunto com a Secretaria de Estado da Juventude, pretende reunir, no total, 150 jovens.

Além da segunda e terceira geração de emigrantes, o encontro contará igualmente com jovens residentes em Portugal e dirigentes de associações, a quem a Secretaria de Estado da Juventude enviou um convite, tendo por base o registo das várias associações juvenis.

Tiago Duarte afirmou que este encontro engloba ainda os jovens luso-descendentes que estão a estudar em Portugal.

Por englobar tanto os jovens a residir no estrangeiro como em Portugal, este encontro irá realizar-se com o lema «a mesma juventude noutra latitude».

Durante essa semana, os jovens presentes no encontro vão debater diversos temas, sendo cada dia dedicado a dois temas.

Educação e ensino superior, cidadania e dupla nacionalidade, associativismo como factor de mudança, emprego e formação profissional, dinâmica empresari-

al e novas tecnologias de informação são os temas em análise.

Paralelamente a debates e workshops, realizar-se-ão igualmente actividades lúdicas como visitas ao oceanário, no Parque das Nações, a alguns órgãos de soberania e a diversas zonas da cidade de Lisboa, efectuando viagens de metro, e uma deslocação ao Seixal, passando pela ponte Vasco da Gama e 25 de Abril. No dia dedicado à actividade empresarial, prevista para o dia 5 de Maio, os jovens visitam as cidades do Porto e Guimarães.

Noites livres nas docas de Lisboa, visitas à Comunicação Social, e actuação, numa discoteca da capital, de um grupo de música composto por jovens luso-descendentes residentes na Alemanha são outras das actividades prevista no programa.

Durante essa semana vai realizar-se ainda, na Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude, uma Feira do Associativismo com espaços multimédia, onde as diversas associações divulgam as suas acções através do material promocional que dispõem.

Nesta semana «feita por jovens e para jovens» estará representado o mundo, sendo possível «trocar experiências e contactos úteis para o futuro».

Por outro lado e como esta semana também tem como público-alvo dirigentes associativos, pretende-se igualmente «di-

namizar geminações com associações», criando parceiros em Portugal e nos países participantes.

Timor: encontro entre jovens políticos

Ainda em Maio, a Secretaria de Estado da Juventude vai organizar um encontro entre jovens políticos timorenses espalhados pelo mundo e jovens líderes associativos e políticos portugueses, conforme revelou, no dia 17, em Vila Real, Miguel Fontes.

O secretário de Estado da Juventude disse que esta reunião decorrerá durante um fim-de-semana, na Pousada da Juventude de Almada, com o duplo objectivo de que os políticos timorenses se conheçam e de que possam traçar aos seus congéneres portugueses o retrato da situação no território.

«Os jovens portugueses vão saber como e que os timorenses vêm a evolução da situação em Timor», afirmou o governante aos jornalistas, acrescentando que a SEC tem nesta iniciativa «um papel dinamizador, de dar o pontapé de saída». Miguel Fontes considera que «a cooperação que o Governo português assegurar é essencial, mas não esgota todas as possibilidades, pelo que é fundamental que a sociedade civil transfira essa solidariedade para outros níveis e é nisso que a Secretaria de Estado está empenhada».



Albufeira

Autarquia celebra 25 anos de Abril

Para assinalar os 25 anos da Revolução dos Cravos que devolveu a liberdade a um País adormecido durante quase meio século, a Câmara Municipal de Albufeira organizou um programa de comemorações que decorre em todo o concelho de 20 a 25 de Abril.



Espectáculos musicais, provas desportivas e exposições são apenas algumas das actividades do vasto programa que encerra com o concerto de Vitorino, no Largo 25 de Abril, e o fogo-de-artifício na Praia dos Pescadores. De salientar, ainda, a inauguração do Jardim-de-Infância de Olhos de Água, no dia 23, a inauguração da exposição documental «25 anos de Abril em Albufeira», a 24, na Galeria Municipal e a sessão solene, no dia 25, no Salão Nobre da Câmara Municipal, que conta com a participação do comandante José castro Centeno e do professor Manuel Gomes Guerreiro.

Cascais

Programa de apoio alimentar a crianças carenciadas

A Câmara Municipal de Cascais vai possibilitar o desenvolvimento do programa de apoio a cerca de 700 alunos carenciados que frequentem os estabelecimentos de ensino do concelho através da atribuição de apoios no valor de cerca de 36 mil contos.



Este programa destina-se a proporcionar às crianças com idades entre os 6 e os 10 anos, que frequentam o 2º período

lectivo do 1º ciclo escolar, uma refeição quente por dia.

No cômputo geral, a autarquia de Cascais cede anualmente cerca de 135 mil contos para o desenvolvimento do Programa de Apoio Alimentar durante os três períodos do ano escolar.

Fafe

Comemorações do 25 de Abril

O programa comemorativo do 25º aniversário do 25 de Abril, organizado pela Câmara Municipal de Fafe, arrancou no passado dia 12 e prolonga-se até ao final do mês.



O programa inclui um vasto conjunto de iniciativas, de que se destacam colóquios com Mário Soares e Iva Delgado, a inauguração de um monumento ao 25 de Abril, espectáculos musicais, um recital de poesia, um ciclo de cinema, o lançamento de uma obra com textos de alunos das escolas e uma assembleia de jovens munícipes que irão debater assuntos do seu interesse.

Foi preocupação da Câmara de Fafe elaborar o programa de modo a envolver, em grande parte, a faixa etária mais jovem, de forma a fazê-la participar em diversas iniciativas e assim sensibilizá-la para a importância da Revolução de que se comemoram as bodas de prata e dos correspondentes valores da Democracia, da Liberdade e do Desenvolvimento.

Iva Delgado e Mário Soares

Presenças marcantes no programa do 25 de Abril em Fafe são as de Iva Delgado, filha do «General Sem Medo», e de Mário Soares, ex-Presidente da República. Iva Delgado esteve presente na tarde de ontem, dia 21, na Escola Secundária de Fafe, onde falou aos jovens estudantes do general Humberto Delgado, das eleições presidenciais de 1958 e do Estado Novo.

À noite do mesmo dia, Iva Delgado falou para o público em geral sobre os mesmos assuntos e apresentou o livro «Humberto Delgado - As Eleições de 58». Prefaciada por Fernando Rosas, a obra é coordenada por Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria e inclui textos dos coordenadores e ainda de João Almeida, Nuno Teotónio Pereira, José Manuel Quintas, Medeiros Ferreira e Vital

Moreira, entre outros.

Por sua vez, o camarada Mário Soares vai estar presente amanhã, dia 23, em Fafe, onde no Estúdio Fénix, pelas 15 e 30, vai falar sobre o 25 de Abril e a Liberdade para os alunos das escolas da cidade.

À noite, a partir das 21 e 30, no mesmo local, Mário Soares fala para o público em geral sobre a mesma temática.

Inauguração do monumento ao 25 de Abril

No dia 25 de Abril está previsto um vasto conjunto de iniciativas, de que se destaca a inauguração, às 12 e 30, do monumento de homenagem ao 25 de Abril, na Rotunda da Rua Cidade de Guimarães. Destinado a perpetuar a Liberdade e a Democracia, o monumento é um projecto do fafense Álvaro Oliveira Aguiar.

Faro

Fausto nas comemorações do 25 de Abril

Um concerto de Fausto, um dos maiores nomes da música popular portuguesa, seguido de fogo-de-artifício (dia 24), uma tertúlia subordinada ao tema «Poesia e Liberdade» (dia 23) e um vastíssimo programa desportivo e cultural da Baixa da Cidade (dia 25) constituem com a sessão solene alusiva aos pontos altos de um vastíssimo programa organizado pela Câmara Municipal para comemorar os 25 anos do 25 de Abril.



Ferreira do Alentejo

Colóquio sobre o 25 de Abril

No âmbito das comemorações das bodas de prata da Revolução dos Cravos, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, presidida pelo socialista Luís Ameixa, organizou no dia 16, no auditório do Centro Cultural, um colóquio sobre o 25 de Abril, que contou com a presença do general Ramalho Eanes.

No colóquio o ex-Presidente da República fez uma intervenção sobre o tema, seguindo-se um debate em que a assistência formulou diversas perguntas e expressou livremente as suas opiniões sobre o assunto.

Lisboa

25 de Abril contado às crianças em livro

As autoras da colecção juvenil «Uma Aventura», Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães, explicam às crianças em linguagem simples o que foi o 25 de Abril de 1974, numa publicação da Câmara Municipal de Lisboa.



Em apenas trinta e uma páginas, profusamente ilustradas com fotografias e banda desenhada, as duas escritoras descrevem aquilo a que chamam «uma viagem na história de Portugal», explicando o que foi a ditadura de 1926 a 1974, a guerra colonial, a censura, os crimes da PIDE e a emigração clandestina, numa palavra: a falta de liberdade.

A primeira edição, da responsabilidade do Pelouro da Educação da CML, tem 5 000 exemplares que serão distribuídos gratuitamente pelas escolas e pelos professores de Lisboa.

Pides, crimes e censura

Com um objectivo didáctico, a pequena brochura inclui fotografias da campanha de Humberto Delgado, de fichas de presos políticos, de notícias cortadas pela Censura, de soldados a embarcar para a guerra e, depois, das manifestações populares no 25 de Abril e da libertação dos presos políticos.

O estilo da banda desenhada é adoptado para cenas como o PIDE de chapéu, gabardina e jornal na mão a escutar conversas de rua, as reuniões clandestinas para derrubar a ditadura, a emigração a «salto» ou os encontros dos militares do MFA preparando-se para a revolução.



AUTARCAS DO PS

Encontro Nacional

GUTERRES DENUNCIA CAVAQUISMO RECAUCHUTADO

No passado domingo, em Braga, no Encontro Nacional de Autarcas do PS, que decorreu no âmbito das comemorações dos 26 anos do partido, o secretário-geral António Guterres classificou a nova liderança do PSD, protagonizada por Durão Barroso, como o regresso recauchutado do cavaquismo, alertando para o facto de que é necessário ter cuidado com as imitações.



Perante largas centenas de militantes, o camarada António Guterres afirmou que só restam dois caminhos aos eleitores: ou renovam a aposta no PS, ou então optam por «uma espécie de imitação de regresso

ao passado, sabendo-se que as imitações são sempre piores do que os originais». Para o camarada António Guterres, o eleito deve avaliar o que foi a governação

de Cavaco e o que foram os quatro anos de maioria relativa do PS. «Durante o nosso mandato – disse – aumentou o investimento, o consumo, o emprego e o crescimento subiu mais que a média europeia.» Acrescentou que «no nosso mandato, o crescimento económico esteve sempre acima da média europeia». Para além de falar das boas «performances» da nossa economia, o camarada António Guterres falou ainda do muito que foi feito na saúde, educação, na criação de infra-estruturas, na segurança social, na cultura.

Dois pesos e duas medidas

Entretanto, as comemorações ficaram marcadas pelas notícias dos recentes confrontos em Timor-Leste.

«Comovidamente vos peço que não festejemos hoje o nosso aniversário, mas que sejamos mais do que nunca solidários com o povo irmão de Timor-Leste», disse. Mostrando-se «horrorizado» com a situação no território ocupado pela Indonésia, António Guterres afirmou: «Choca-me que alguns não sejam tão sensíveis ao drama dos timorenses como são sensíveis ao drama dos albaneses do Kosovo». Uma afirmação de António Guterres com críticas implícitas à postura de «dois pesos e duas medidas» seguida por alguns países da NATO. O convívio socialista ficou ainda ensombrado com a má-disposição sentida por algumas dezenas de socialistas logo após o almoço, tendo de imediato sido transportados para o Hospital de Braga. **J. C. C. B.**

BARREIRO

PS quer nova ponte

O PS do Barreiro aprovou uma moção em que reitera a defesa de uma ponte que ligue o Barreiro a Chelas, alegando que, com a Ponte Vasco da Gama «permanece a sobrecarga de utilização da Ponte 25 de Abril». A Concelhia do PS/barreiro considera que esta seria «a melhor resposta económica» para uma nova travessia (rodoviária e ferroviária).

BEJA

Novo Secretariado da Concelhia

Está já em grande actividade o novo Secretariado da Comissão Política Concelhia de Beja do PS. O camarada José Mendes é o presidente do Secretariado da Comissão Política, que integra ainda os camaradas Luís Cacito, José Brincheiro, António Marciano, Maria João George, Anselmo Prudêncio e José João Carias.

BENELUX

Federação elege Secretariado

A Federação do PS/Benelux elegeu no dia 27 de Março o Secretariado e a Mesa da Comissão Política, tendo discutido e delineado algumas orientações relativas à campanha para as eleições europeias. Além disso, avançou-se também na discussão sobre a criação de novos núcleos socialistas no Benelux. De salientar que esta foi a primeira reunião da Comissão Política desde a eleição do novo presidente, camarada Paulo Pisco. A ordem de trabalhos da reunião incidiu essencialmente na campanha para as eleições europeias, uma das prioridades definidas no Congresso da Federação, realizado no passado dia 14 de Março, em Bruxelas.

Concelhia de Lisboa e FAUL promovem Homenagem ao camarada Edmundo Pedro

O Secretariado da Comissão Política Concelhia de Lisboa e o Secretariado da FAUL vão promover no dia 29 de Abril, pelas 20 horas, no Pavilhão da Estufa Fria, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, um jantar de homenagem ao camarada Edmundo Pedro, militante histórico do PS e resistente antifascista. As inscrições para o jantar de homenagem a este insigne democrata, um socialista que norteou toda a sua acção política, ao longo de décadas, em torno dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, podem ser feitas até ao dia 27 de Abril para a FAUL (camaradas Sandra ou Lurdes) pelos telefones 3468886 e 34620469, para a Secção do Limoeiro pelo telefone 8866271 ou ainda para os camaradas Pedro Assunção - telemóvel 0936-6755786 e Cândida Cavaleiro Madeira - telemóvel 0931-573644. O custo de inscrição é três mil escudos.

CAMPO DE OURIQUE

Secretariado toma posse

Largas dezenas de militantes do PS estiveram presentes na noite do dia 8 de Abril na tomada de posse dos novos dirigentes da Secção de Campo de Ourique, que decorreu no Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique.



Destaque para a presença do camarada Miguel Coelho, presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa, que deu posse ao Secretariado e Mesa da Assembleia Geral da Secção de Campo de Ourique, uma estrutura liderada desde há dois anos por Flávio Fonte, um militante histórico do PS. Numa breve intervenção, o camarada Miguel Coelho agradeceu o notável trabalho desenvolvido pelos camaradas da Secção de Campo de Ourique, e em particular o reeleito secretário-coordenador.

Por sua vez, o camarada Flávio Fonte, líder da Secção, prometeu ainda mais trabalho por parte dos novos dirigentes da Secção com vista às batalhas eleitorais que se aproximam: eleições europeias e legislativas. Flávio Fonte agradeceu ainda a presença das largas dezenas de militantes da Secção de Campo de Ourique, dos vários secretários-coordenadores das Secções do PS de Lisboa, dos camaradas do Secretariado da Comissão Política Concelhia de Lisboa, e em particular do camarada Miguel Coelho, com quem, lembrou, partilhou ao longo de mais de 20 anos algumas das grandes lutas travadas pelo PS. De salientar ainda que num clima de grande confraternização, foi servido a todos os presentes um Porto de Honra. Uma iniciativa a lembrar a alguns, nomeadamente aos pós-modernistas seduzidos por certos aspectos do neoliberalismo, que o PS é um partido de militantes e de projecto e que são os militantes de base anónimos que, sem procurarem nada em troca, são a principal força de um partido que terá de ter sempre como objectivo combater as desigualdades geradas pelo capitalismo, no âmbito de uma política em que o Estado nunca se deverá demitir das suas responsabilidades no plano social e económico. Com uma equipa composta por camaradas com provas dadas de competência e experiência, o Secretariado da Secção de Campo de Ourique, estamos certos, dará um importante contributo para que o PS possa vencer as difíceis batalhas que se aproximam, num quadro de afirmação dos valores socialistas e de demarcação do projecto neoliberal do PSD e PP e do projecto estatista e de estagnação do PCP.

LAVRADIO

Reabertura da sede

No passado dia 11, domingo, pelas 21 horas, realizou-se a cerimónia de reabertura da Secção do PS do Lavradio. Com uma equipa dirigente dinâmica e experiente, estão agora criadas as condições para que a Secção do Lavradio desenvolva o seu trabalho político, tão importante para as batalhas eleitorais que se avizinham.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Comemorações em Abrantes

No ano em que se comemora o 25º aniversário da Revolução dos Cravos, o município não quis deixar de assinalar esta data histórica e preparou um programa de actividades alusivo à data.

Assim, no sábado, dia 24 o Jardim da República será palco, a partir das 22 e 30, de um concerto a cargo do grupo Djamboonda. Duas horas depois os amantes da pirotecnia poderão deliciar-se com um espectáculo de fogo-de-artifício.

O acordar do grande dia, no domingo, far-se-á ao som das músicas interpretadas pela Banda Filarmónica Alveguense, que actuará, a partir das 9 horas, na Praça Raimundo Soares.

Segue-se a sessão extraordinária da Assembleia Municipal da parte da tarde e, terminados os actos protocolares, voltará a animação popular com a actuação do agrupamento Dumdumba, no Centro Histórico, às 17 e 30.

O desporto chegará variado (futebol de cinco, patinagem, dança e andebol) pelas 20 horas aos diferentes polidesportivos municipais.

Revolução em Albufeira

Espectáculos musicais, provas desportivas e exposições são apenas algumas das actividades do vasto programa comemorativo do quarto de século que a Revolução dos Cravos completa este ano.

As festividades encerrarão, no domingo, com um concerto de Vitorino, no Largo 25 de Abril e com um espectáculo pirotécnico na Praia dos Pescadores.

De salientar, ainda, a inauguração da mostra documental «25 Anos de Abril em Albufeira», no sábado, na Galeria Municipal.

Exposição em Cascais

Encontra-se patente ao público, até ao próximo domingo, dia 25, no Espaço Cultural da Pareda, a mostra «José Afonso-Andalhucho, Poeta e Cantor».

A exposição pode ser visitada diariamente, das 16 e as 23 horas.

Dança em Coimbra

Prossegue amanhã o Curso Livre de História da Arte, na Sala Polivalente da Casa Municipal da Cultura, desta feita com o tema «O Neomanuelismo em Portugal». A sessão começará às 18 horas.

A dançarina Cláudia Dias interpretará «As águias não geram pombas», no dia 24, às 21 e 45, no Teatro-Estúdio Bonifrates.

Seguem-se as coreografias «Knock out (revolution monogatari)», a cargo de Ana Maria e Paulo Raposo, e «Inquietações», com Leonor Barata e Sílvia Pinto Coelho. Também no sábado, às 16 horas, passe pelo Teatro Académico de Gil Vicente e assista a uma conversa intitulada «O Cine-

ma Português Já Faz História!», um evento inserido no ciclo cinematográfico «Caminhos do Cinema Português».

No mesmo local estará em cena a peça «Pano Cru em Lume Brando», nos dias 26 e 27, pelas 21 e 30.

Torneio em Fafe

Às 10 e 30 e as 15 horas de hoje, os mais novos poderão assistir à exibição do filme de animação «Lucky Luke – Daisy Town», no Auditório Municipal.

O espaço cultural «Música em Diálogo» está de regresso, amanhã, com Jorge Moyeno, ao piano, e as obras de Chopin, no Estúdio Fénix, às 21 e 45.

O Estúdio Fénix reserva a sua sala, durante o fim-de-semana, para a exibição de uma comédia ligeira intitulada «O Grande Joe Young».

A autarquia local está a organizar o XII Torneio de Futebol Juvenil '99, de forma a proporcionar aos jovens do concelho um espaço privilegiado para a prática do desporto, a ocupação de tempos livres e a possível detecção de jovens talentos para o futebol federado.

O evento terá início no domingo, dia 25, prolongando-se até ao dia 10 de Junho.

Música em Guimarães

Hoje, às 21 e 30, assista, no Auditório da Universidade do Minho, à mais recente realização de Emir Kusturica, «Gato Preto, Gato Branco».

No mesmo horário e local será exibida, amanhã, a fita «Germinal», de Claude Berri. O fim-de-semana será marcado pelas comemorações de Abril.

No sábado, às 21 e 30, o realizar-se-á um espectáculo musical que contará com as actuações de Trovas ao Vento, Dino Freitas e Francisco José, José Perdigão, Anabela Laranjeiro e Paulo Gaio Lima, Fragmentos, Manel D'Oliveira, Cristina Faria, Orquestra de Sopros da Academia de Música Valentim Moreira de Sá e o Conjunto de Guitarras Cidade Berço.

No domingo, às 9 horas, começará o Grande Prémio de Atletismo 25 de Abril, no Largo do Toural.

O Ginásio do Lar de Santa Estefânia será palco para um espectáculo de malabarismo que contará com a prestação dos palhaços Los Panchitos, na quarta-feira, dia 28, às 10 e 30 e pelas 14 e 30.

Cinema em Lisboa

Amanhã, nas salas de cinema lisboetas voltaremos a ver dois mestres da representação no seu género, com a estreia dos filmes «Um Crime Real», de Clint Eastwood, e «O Guru», de Stephen Herek.

O primeiro filme, um policial, devolve-nos um Eastwood sóbrio na actuação e na realização. A segunda fita, uma comédia-sátira de costumes, faz regressar à tela um dos mais famosos comediantes dos EUA, Eddie Murphy.

A partir da próxima segunda-feira e até ao dia 6 de Maio, poderá assistir à representação de «Mercedes», uma peça de Thomas Brasch, encenada por Mathias Poppe, na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém, sempre às 21 e 30.

Melodias antigas em Matosinhos

Amanhã, às 21 e 30, realiza-se, na Igreja do Bom Jesus, um concerto inserido no âmbito do Ciclo de Música Antiga do Século XVII/XVIII, onde serão recriadas obras de compositores como Mozart, Beethoven, entre outros.

No sábado, será a vez de comemorar «Abril», no Parque Basílio Teles, durante o espectáculo «Cantar José Afonso».

Gastronomia em Portimão

Se tem bons *gourmets* na família então não falte ao Festival Gastronómico que começa amanhã e se prolonga até ao dia 2 de Maio, numa mostra da cozinha tradicional da região que promete ser inesquecível.

Um espectáculo de Paco Bandeira e um outro do pequeno Samuel animarão a tarde do domingo, dia 25, na Praça Manuel Teixeira Gomes, num evento inserido nas festas populares comemorativas dos 25º aniversário da Revolução dos Cravos.

SUGESTÃO

Festival latino-americano

Mais de 200 obras de 60 artistas latino-americanos estarão expostas na Culturgest, em Lisboa, a partir de amanhã, no âmbito do Festival «América Latina América», um evento recheado de espectáculos de teatro, música e dança. A iniciativa da Culturgest visa oferecer ao público, pela segunda vez, uma programação de natureza multicultural, mostrando o que é a América Latina moderna e contemporânea em diversas manifestações artísticas e culturais.

O festival é, pois, inaugurado com um espectáculo da cantora Lila Downs, de ascendência mexicana, cuja música procura recuperar tradições do seu país.

Um colóquio sobre artes e culturas latino-americanas decorrerá a 14 e 15 de Maio, com a presença de especialistas na matéria, que farão uma reflexão sobre o estado geral da criação artística cultural na América Latina.

Até 19 de Maio decorrerá, paralelamente, a apresentação de cinematografias latino-americanas como «Caballos Salvajes» de Marcelo Pineyro, «No te mueras sin decirme a donde vas» de Eliseo Subiela, «La estrategia del caracol» de Sergio Cabrera, de mais de 40 países entre os quais Brasil, Venezuela, Equador, Cuba, Chile, Colômbia e México.

Dois grupos representativos do movimento de renovação da dança brasileira, Lia Rodrigues Companhia de Danças com «Folia» e Ana Vitória com «Valises» e «Corpo Provisório» actuarão, no dia 27, no Grande Auditório da Culturgest.

Espectáculos de teatro serão apresentados pelas companhias El Teatro de los Andes y Periférico de Objectos, além da realização de *ateliers* para crianças.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca
(em Abril, um cravo...)

*Faça-se azul o gesto, ao rubro o credo
E as palavras, d'ouro a liberdade,
Verde o desejo, alva a fé que há-de
Tomar pupúreo um povo que, sem medo,
Agita o grito verde e encarnado
Dos tempos, sob o brilho das façanhas...
- O sal a escorrer-lhe das entranhas,
E nos dentes um cravo libertado!*

*Faça-se azul o cravo! Azul, sim!,
Da cor do fundo anil das almas francas:
Azul igual ao voo de asas brancas
De quem morrer não pode e voa assim!*

*Jamais o negro canto, o roxo arfar
De um peito, contra ventos e marés!
Jamais a longa noite de galés,
Neste céu, nesta terra, neste mar!*

*Que tudo seja azul! Até a Lei
E o sangue do meu Povo! Por que não?
Azul é transparência, é confissão:
As cores do meu País, da minha Grei!*

António Nova
«Silêncios», ed. Tartaruga

Ciclo
Grandes Orquestras Mundiais
Philharmonia Orchestra
Programa: Johannes Brahms
Coliseu dos Recreios, Lisboa
24 de Abril, 21 horas



NO CENTRO DA EUROPA

A Hungria e a Eslovénia são dois Estados que pretendem aderir à União Europeia e que do ponto de vista económico, financeiro e institucional estão a desenvolver os maiores esforços nesse sentido.

A Eslovénia, com apenas dois milhões de habitantes, estrategicamente situada entre a Itália, a Áustria e a Croácia, pretende ver rapidamente reconhecido o interesse da sua pretensão em participar na NATO e procura diligenciar a ultrapassagem de alguns obstáculos que, essencialmente nos planos fiscal, legal e financeiro, se situam no caminho do processo de adesão. A aplicação generalizada do IVA, a introduzir ainda este ano parece ser um dos aspectos essenciais a ser levado a cabo no domínio fiscal, indispensável para uma correcta integração no mercado único europeu. Outros serão um maior controlo do Tribunal de Contas sobre as próprias despesas públicas bem como uma mais eficaz supervisão das actividades financeiras. Em qualquer caso, do ponto de vista económico e do funcionamento do sistema democrático, a situação é extremamente positiva.

A Hungria, uma das pátrias milenares desta Europa em que vivemos, está também na linha da frente do processo de adesão. A recente década de democracia já

trouxe sólidos progressos na adaptação do sistema jurídico-legal e condições muito positivas para o desenvolvimento económico. Sublinhe-se a propósito, que é um consórcio de liderança portuguesa que está a construir a auto-estrada que ligará Budapeste à Ucrânia, dentro de uma sólida perspectiva de internacionalização das empresas portuguesas.

A perspectiva de integração na União Europeia de diversos Estados da Europa Central e Oriental durante o próximo mandato do Parlamento Europeu deve-nos fazer reflectir sobre as alterações qualitativas e quantitativas no seio das estruturas da União.

A Hungria e a Eslovénia, tal como a República Checa, estão na linha da frente desse processo, embora devamos ter em conta a necessidade de analisar cuidadosamente o "dossier" de cada país. Já a adesão da Polónia, também relevante por razões políticas e geoestratégicas, poderá ajudar a aumentar antecipadamente a pressão para a reformulação dos critérios e das regras de aplicação da Política Agrícola Comum, dado o relevante peso da agricultura polaca.

No que concerne aos Fundos Estruturais e ao conjunto das verbas decididas no final da negociação da Agenda 2000, alguma folga existirá permitindo que no fi-

nal do período que vai até 2006, possam os Estados que adiram à União vir a usufruir de alguns apoios para além dos previstos para o período de pré-adesão.

É todo um processo de alargamento político e económico da União Europeia que, dos Estados Bálticos à mediterrânica República de Chipre, permitirá refazer, em moldes novos, a unidade da Europa por bons e maus caminhos tentada, mas nunca tão perto de se obter como hoje.

É claro que é preciso resolver a questão do Kosovo, ultrapassar de forma política a questão sérvia e jugoslava, de forma a que todos os povos europeus, em liberdade, participem no desenvolvimento e aprofundamento do processo de unificação europeia, pelo criativo e complexo processo que a construção da União Europeia representa.

A participação de Portugal neste processo, de forma activa, vai ganhando cada vez mais peso, numa perspectiva aberta ao mundo, nomeadamente ao lusófono e num quadro de reforço das relações bilaterais com outros blocos regionais, nomeadamente o Mercosul e outras áreas do Globo. O apoio à internacionalização das empresas portuguesas e uma cada vez mais dinâmica actuação de Portugal nas instâncias europeias são componentes essenciais do processo de construção europeia.

«O pensamento político pós-moderno tem destas coisas: os belicistas passaram a ser os "moderados" e os pacifistas é que são, agora, os "radicais"»
Alfredo Barroso
Expresso, 17 de Abril

«Não gosto de ser chamado à ordem por antigos adeptos incondicionais de Lenine, Estaline ou Mao, súbita ou paulatinamente convertidos às delícias do neoliberalismo»
Idem, ibidem

«O betinho do Fiat Uno já lá vai, está na bolsa. Os jovens-unhas-de-fora do cavaquismo já não são jovens. A partir do início dos anos 90 há uma alteração notória entre a malta nova»
José Mário Branco
DNA, 17 de Abril

«É preciso não esquecer que, em consequência da Guerra Colonial, estavam, só em França, em 1968, 80 mil desertores e refractários»
Idem, ibidem

«A Europa da moeda única não é a Europa do pensamento único e não há nenhum determinismo que obrigue a que o modelo europeu se formate sob as teses de um liberalismo extremo»
Francisco Seixas da Costa
Portugal Socialista, Fevereiro

«O 25 de Abril foi fácil? Pois foi, mas fomos nós que o fizemos»
Vasco Lourenço
24 Horas, 13 de Abril

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Ação Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Ação Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.